

**PLANO MUNICIPAL
DE DEFESA DA FLORESTA
CONTRA INCÊNDIOS**

MANTEIGAS

2013 - 2017

CADERNO II

PLANO DE AÇÃO

Caderno II – Plano de Acção

1 - Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	5
Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	6
Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF-BIN)	21
Implicações para o PMDFCI.....	26
 2 - Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e zonagem do território. .	32
2.1 – Mapa de Combustíveis Florestais.....	32
2.2 – Cartografia de Risco.....	33
2.3 – Mapa de Prioridades de Defesa.	35
3 - Objetivos e metas do PMDFCI.....	36
4 - Eixos estratégicos.	43
1º - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.	43
Levantamento da rede regional de defesa da floresta contra incêndios:	44
Rede viária florestal.....	45
Rede de pontos de água	47
Silvicultura no âmbito de DFCI	48
Planeamento das ações referentes ao 1º Eixo estratégico.....	49
Rede de FGC e MPGC	54
Rede Viária Florestal.....	57
Rede de Pontos de Água	58
Metas e indicadores	59
Estimativa de orçamento e responsáveis	61
2º - Redução da Incidência dos Incêndios.....	67
Avaliação	67
Comportamentos de risco	68
Fiscalização	69
Planeamento das ações referentes ao 2º Eixo estratégico.....	69
Sensibilização	70
Fiscalização	71
Metas e indicadores	72

Estimativa de orçamento e responsáveis.....	73
3º - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios.....	74
Vigilância e deteção	75
Metas e indicadores	76
Estimativa de orçamento e responsáveis	77
4º - Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas.....	78
Estabilização de emergência.....	79
Reabilitação de povoamentos e habitats florestais.....	79
Planeamento referente ao 4º Eixo estratégico.....	80
Proposta de medidas minimizadoras da erosão nas encostas do Vale do Zêzere	81
5º - Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz	82
Formação.....	83
Planeamento das ações referentes ao 5º Eixo estratégico.....	84
Organização SDFCI	84
Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI.....	86
4 - Anexo – Cartografia de Pormenor	87

1

ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

1.1. Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CMDFCI	Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
GTF	Gabinete Técnico Florestal
Autarquia	Município de Manteigas
SMPC	Serviço Municipal de Protecção Civil
Freguesias	Juntas de Freguesia do Concelho
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
GNR	Guarda Nacional Republicana
SEPNA	Serviço da Protecção da Natureza e do Ambiente
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
ENB	Escola Nacional de Bombeiros
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CDOS	Centro Distrital de Operações de Socorro
CB	Corpo de Bombeiros
CMOS	Comando Municipal de Operações de Socorro
MAMOT	Ministério da Agricultura do Mar e do Ordenamento do Território
ME	Ministério da Educação
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MAI	Ministério da Administração Interna
INAG	Instituto Nacional da Água
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IES	Instituto de Exercício e Saúde
ANEFA	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
Entidades Gestoras	Entidades Gestoras
OPF	Organizações de Produtores Florestais

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.				
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais	Adopção do modelo ZIF como referência para a introdução de princípios e estratégias de defesa da floresta contra incêndios, canalizando para esta acção os recursos financeiros existentes.	Mais de 50 mil hectares por ano 500 mil hectares em 2012	ICNF OPF's.
	Definir as prioridades de planeamento e execução das infra-estruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a acção das CMDFCI. Apoiar a actividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	As CMDFCI reúnem 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização, execução do respectivo PMDFCI. Até ao termo de 2006 todas as CMDFCI adoptaram o quadro de indicadores municipais	Autarquias ICNF
		Apoiar a actividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	Avaliação do desempenho dos GTF em 2006. DGRF estabelece, em 2006, uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDFCI. Pretende-se que em 2006, 184 Municípios disponham de PMDFCI em fase de implementação; em 2009, 216; em 2012 o sistema esteja em funcionamento pleno em 278 Municípios.	ICNF CMDFCI GTF
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de protecção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios	As Autarquias realizem integralmente a meta anualmente prevista nos PMDFCI.	Autarquias

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de protecção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.	Entidades gestoras Autarquias
		Fiscalizar a criação de faixas exteriores de protecção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações), e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao termo do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas, e notificados os respectivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação.	GNR
	Implementar programa de redução de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoaamentos florestais	Em 2006, a rede primária é delineada para 20% do território; em 2009, para 60% e em 2012 está concluída. Para a instalação prevê-se uma execução de 1.5 mil hectares em 2006; 10 mil até 2009 e 25 mil hectares no fim de 2012	CMDFCI GTF ICNF
		Desenvolver um programa de fogo controlado em acções preventivas, reduzindo os factores que favorecem a propagação dos incêndios.	Formação e credenciação até 2012 de 20 técnicos por ano e capacitação até àquele ano de 80% das Equipas de Sapadores Florestais na utilização desta técnica.	ICNF ICNB OPF

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio	As CMDFCI acompanham o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM	CMDFCI
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios <i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das actividades que têm por objectivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que actua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>				
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Anualmente as CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas acções.	CMDFCI
	Sensibilização e educação escolar	Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental, e recuperar para esta área iniciativas como a da "Ciência Viva"	Todos os Municípios das áreas de mais elevado risco de incêndio têm em sede de CMDFCI acções programadas e executadas e procedem à respectiva avaliação.	MADRP ME MCTES MAI MAOTDR
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	Coordenação das acções de vigilância, detecção e fiscalização pela GNR/ SEPNA	A partir de 2006 a GNR como entidade coordenadora enquadra estas acções nas CMDFCI e define estratégia de actuação ao nível municipal. Anualmente apresenta relatório de progresso	GNR/SEPNA

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. <i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>				
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal.	Assumir a responsabilidade pela coordenação das acções de prevenção relativa à vertente vigilância, detecção e fiscalização.	Anualmente, em sede de CMDFCI, o SEPNA/GNR integra as acções de todos os agentes envolvidos no sistema de vigilância e detecção previstas no PMDFCI	GNR
		Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestas e das Brigadas Móveis de Vigilância (AGRIS).	Redefinir missão e objectivos do Programa com integração nos sistemas Municipais de prevenção e 1ª intervenção no novo enquadramento legislativo.	ICNF OPF CMDFCI
			No final do 1º semestre de 2006 as actividades das equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção e acompanhadas por técnicos da DGRF.	ICNF OPF CMDFCI
		Participar através das Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) dos CB nas acções de vigilância e detecção	A partir de 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	SNBPC
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDFCI, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projectos comuns de protecção colectiva.	Anualmente, e durante 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de protecção colectiva a integrar no sistema de vigilância e detecção Municipal e Distrital.	CMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal.	Melhorar o desempenho das Brigadas Móveis de vigilância.	Em 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	CMDFCI ICNF
			Os Gabinetes Técnicos Florestais, ou na sua ausência a DGRF, recolhe informação trimestral da respectiva actividade.	GTF ICNF
		Coordenação de todas as acções de vigilância e detecção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	A partir de 2006: – Implementar a vigilância fixa; – Implementar a vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais).	SEPNA/GNR CMDFCI GTF ICNF
			– A partir de 2006 melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.	SEPNA/GNR CMDFCI ICNF
		Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das acções de detecção ao nível Municipal, Distrital e Nacional.	– No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projecto municipal de protecção colectiva, a integrar no sistema de vigilância e detecção Municipal e Distrital; – No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior	SEPNA/GNR CMDFCI CMOS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Integrar a vigilância móvel de cariz Distrital ou Nacional	Prever a integração da vigilância aérea armada nos dias em que o Índice de Risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhe.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, a DGRF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO.	CMDFCI
	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a actuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais da DGRF e do ICNB, das Equipas da AFOLCELCA, das Equipas do SEPNA e do GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as actividades dos recursos humanos e dos meios no município;	CMDFCI
			Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.	SNBPC ICNF FA GNR ICNB
			Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.	CMDFCI
		Dar continuidade a projectos comuns de protecção colectiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e detecção.	Anualmente, promover a distribuição de material específico para auto-protecção das populações.	CMDFCI
			No 1º Trimestre do ano promover acções de formação (1ª Intervenção)	SNBPC ICNF OPF
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	Estruturar o nível Distrital de 1ª Intervenção	Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção.	Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas.	CMDFCI GNR SNBPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Levantamento dos recursos (materiais e efectivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respectivo Município.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.	SMPC CB
		Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	A partir de 2006, em articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município.	SMPC CB ENB CDOS
			Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção.	CDOS ENB CB SMPC
			Formação nos CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a IF.	CDOS CB ENB SMPC
		Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo Operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades, calendariza as actividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional.	CDOS CB ENB CNOS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tractores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.	SMPC CMDFCI
		O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	A partir de 2006, todas estas Equipas/Brigadas farão parte do dispositivo municipal de de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.	ICNF OPF's OB SMPC CDOS CMDFCI
		Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários.	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do seu Município.	CMDFCI GTF SMPC CDOS
			Anualmente, planear a tática de combate mais adequada à defesa do município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.	CMDFCI GTF SMPC CDOS SMPC
		Balancear o accionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município, privilegiando os aspectos da coordenação entre os vários agentes.	SMPC CDOS CB SMPC CMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adoptar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.	SMPC CDOS CB
		Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: - fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; - planear a manobra logística mais adequada ao Município; - elaborar exercícios para validação do planeamento logístico.	SMPC CMDFCI CDOS
	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: - fazer a avaliação dos meios dos municípios e risco associado; - elaborar planos de contingência; - promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; - promover uma atitude de colaboração intermunicipal.	CDOS SMPC
		Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho.	A partir de 2006, até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução deste desiderato.	CDOS SMPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.	Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo.	Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais	Anualmente: - elaborar o levantamento das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes no respectivo Distrito; - Implementar modelos de actuação nas operações de rescaldo.	SMPC CDOS CMDFCI GTF ICNF OPF's OB
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.	SMPC CDOS CMDFCI
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projectos comuns de protecção colectiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas acções.	A partir de 2006: - incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; - a formação e sensibilização; - distribuição de material específico para o efeito.	SMPC CDOS CMDFCI JUNTAS DE FREGUESIA
	Garantir a correcta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, a partir de 2006, as acções da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC CDOS CNOS SNBPC
			Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC CDOS CNOS SNBPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria das Infraestruturas e logística de suporte à DFCI	Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada não só para fazer face às situações de socorro e combate aos incêndios florestais mas também constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.	Criar uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.	Até 2007, estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.	SNBPC CNOS CDOS SMPC
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas				
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu.	Execução de acções imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios	ICNF INAG ICNB IPPAR IES ANEFA OPF
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afectadas	Avaliação e monitorização das acções. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF ICNB IES GTF

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF ICNB IES GTF
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. <i>- Assente no pressuposto que para a protecção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e protecção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.</i>				
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as acções e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal.		MAI CÂMARAS MUNICIPAIS
		Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.		MAI MADRP CÂMARAS MUNICIPAIS
		Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.		MAI CÂMARAS MUNICIPAIS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as acções e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Descentralizar a formação de âmbito regional, apoiando-se nos Centros de Formação já existentes, implementar modelos de formação contínua nos CB com vista a incentivar o uso de novos métodos e técnicas de combate em incêndios florestais, de que se destaca como medidas privilegiadas as técnicas de sapador e contra-fogo.		SNBPC CNOS SMPC CDOS ENB
		Integrar os PDFCI, elaborados ao nível do Concelho (Estrutura Municipal), numa óptica Distrital, e Nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.		MAI CÂMARAS MUNICIPAIS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Ao nível Municipal, organizar o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e, garantir o necessário apoio técnico e logístico.	A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes acções. Anualmente, as CMDFCI devem assentar a sua actividade da vigilância, detecção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal. Os SMPC deverão garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da actividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.		CÂMARAS MUNICIPAIS

1.2. Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF - BIN)

Introdução

O PROF-BIN tem um período máximo de vigência de 20 anos, contados a partir da data da sua publicação (24-07-2006).

Pode ser sujeito a alterações periódicas, a efectuar de cinco em cinco anos, tendo em consideração os relatórios anuais de execução, necessários ao seu acompanhamento, tal como definido na monitorização destes planos e nos termos da legislação em vigor.

Está sujeito a alterações intermédias, sempre que ocorra qualquer factor relevante que as justifique.

Medidas de intervenção comuns

Segundo o PROF-BIN, o concelho de Manteigas encontra-se abrangido por duas sub-regiões homogéneas: Torre e Estrela, mas em toda a região da Beira Interior Norte serão adoptadas as seguintes medidas de intervenção comum:

- a) Promover campanhas de sensibilização, junto da população local, para a prevenção de incêndios florestais;
- b) Controlo da carga de combustível em locais de maior risco, como seja todas as infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, aterros sanitários, parques industriais, parques de merendas e outros locais que se considerem potencialmente perigosos;
- c) Aumentar o número de Sapadores Florestais e intensificar a sua acção em áreas consideradas de maior risco de incêndio;
- d) Reduzir a continuidade horizontal da vegetação de forma a garantir que não subsistam grandes manchas contínuas de vegetação e/ou biomassa de acordo com as normas estabelecidas para a defesa da floresta contra incêndios;
- e) Aumentar a eficácia da detecção e da primeira intervenção em incêndios florestais;
- f) Manter actualizado e disponível para os gestores e proprietários florestais, um conjunto de informações relacionadas com os valores de mercado dos produtos florestais, os montantes associados aos custos de produção por sub-região e uma listagem das empresas e entidades do sector;
- g) Implementação de um processo simplificado da actualização do cadastro;

h) Penalização efectiva das situações de não-realização de operações silvícolas mínimas previstas num Plano de Gestão Florestal ou nas acções de prevenção dos incêndios consagradas numa Zona de Intervenção Florestal;

i) Criar mecanismos que permitam a possibilidade do Estado assumir directa ou indirectamente a gestão de áreas abandonadas;

j) Criar formas de privilegiar a aquisição de terrenos confinantes, por parte de sociedades de gestão de fundos imobiliários florestais ou por proprietários florestais confinantes, desde que estes terrenos possam vir a ser integrados nos seus Planos de Gestão Florestal;

k) Criar linhas de crédito bonificado para a aquisição de terrenos pelos comproprietários ou herdeiros;

l) Criar direito de preferência na aquisição de terrenos com dimensão inferior à área mínima obrigatória para a existência de um Plano de Gestão Florestal para os proprietários confinantes;

m) Apoiar a constituição de agrupamentos de produtores conducentes a uma gestão única e profissional;

n) Acesso preferencial a apoios públicos para o conjunto de proprietários que se agreguem, de forma a constituir uma exploração com viabilidade económica;

o) Apoiar a criação de fundos de investimento imobiliário florestal;

p) Criar manuais de silvicultura bem fundamentados e com uma linguagem acessível;

q) Promover acções de formação periódicas e convenientemente divulgadas, para proprietários, gestores, e dirigentes associativos, que abranjam tanto uma componente de gestão dos espaços florestais como uma de comercialização de produtos finais;

r) Constituição de espaços florestais de demonstração de gestão florestal nas Florestas Modelo e de demonstração da gestão florestal sustentável;

s) Estabelecer ensaios de proveniência e de condução de povoamentos florestais, que permitam o melhoramento ou a criação de modelos de silvicultura adequados às potencialidades silvícolas da região;

t) Desenvolver modelos de crescimento e produção para as principais espécies de árvores florestais da região;

u) Desenvolver sistemas de informação de apoio à gestão dos espaços florestais;

v) Realizar periodicamente cartografia de ocupação dos espaços florestais;

w) Realizar periodicamente inventários florestais para a caracterização dos recursos;

x) Apoiar a realização de trabalhos de recolha de informação para o cálculo dos indicadores do plano;

y) Desenvolver um sistema de informação da monitorização do cumprimento das metas e objectivos previstos no plano.

Objectivos específicos da sub-região homogénea Torre:

Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos, de recreio, enquadramento e estética da paisagem e de protecção.

A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

a) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados.

b) Adequar os espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de actividades de recreio, nomeadamente:

i) Definir zonas com bom potencial para o desenvolvimento de actividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;

ii) Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infra-estruturas de apoio;

iii) Adequar o coberto florestal nas zonas prioritárias para a sua utilização para recreio e com interesse paisagístico;

iv) Controlar os impactos dos visitantes sobre as áreas de conservação.

c) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;

d) Desenvolver a actividade silvopastoril, nomeadamente:

i) Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a actividade silvopastoril;

ii) Integrar totalmente a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.

e) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a actividade apícola e integrara a actividade na cadeia de produção de produtos certificados.

Modelos de silvicultura para a sub-região Torre:

As espécies arbóreas e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar nesta sub-região são os constantes do seguinte quadro:

Espécie	Modelo de Silvicultura	Localização
Pinheiro-bravo	Povoamento puro de pinheiro-bravo, para produção de lenho Povoamento misto de pinheiro-bravo e castanheiro, para produção de lenho	Toda a sub-região
Carvalho-alvarinho	Povoamento puro de carvalho-alvarinho, para produção de lenho	Toda a sub-região
Carvalho-negral	Povoamento puro de carvalho-negral, para produção de lenho e fruto	Toda a sub-região
Castanheiro	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de lenho Povoamento puro de castanheiro em talhadia, para a produção de lenho Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de fruto	Toda a sub-região

Deverão também ser privilegiadas as seguintes espécies:

Teixo (*Taxus baccata*)

Oxicedro (*Juniperus oxycedrus*)

Zimbro (*Juniperus communis*)

Objectivos específicos da sub-região homogénea Estrela:

Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de recreio, enquadramento e estética da paisagem, de protecção e de conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos.

A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

a) Adequar os espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de actividades de recreio, nomeadamente:

i) Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de actividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;

ii) Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infra-estruturas de apoio;

iii) Adequar o coberto vegetal nas zonas prioritárias para a utilização para recreio e com interesse paisagístico;

iv) Controlar os impactos dos visitantes sobre as áreas de conservação.

- b) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;
- c) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados.
- d) Desenvolver a actividade silvopastoril, nomeadamente:
 - i) Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a actividade silvopastoril;
 - ii) Integrar totalmente a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados;
- e) Desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas;
- f) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a actividade apícola e integrar a actividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- g) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente a castanha, os cogumelos, e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais.

Modelos de silvicultura para a sub-região Estrela:

As espécies arbóreas e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar nesta sub-região são os constantes do seguinte quadro:

Espécie	Modelo de Silvicultura	Localização
Azinheira	Povoamento puro de azinheira, para produção de fruto e lenho	Nos Concelhos da Guarda, de Manteigas, a Este do Concelho de Celorico da Beira, entre Vale de Azares e Salgueiro de Baixo, e na Covilhã (excepto a Oeste de Tortozendo)
Carvalho-alvarinho	Povoamento puro de carvalho-alvarinho, para a produção de lenho	Toda a sub-região
Carvalho-negral	Povoamento puro de carvalho-negral, para produção de lenho e fruto	Toda a sub-região, excepto a Sul de Verdelhos e a Oeste da Covilhã
Castanheiro	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste e talhadia para a produção de lenho Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de fruto	Toda a sub-região

Deverão também ser privilegiadas as seguintes espécies:

Amieiro (*Alnus glutinosa*)

Azevinho (*Ilex aquifolium*)

Cedro do atlas (*Cedrus atlantica*)

Cerejeira (*Prunus avium*)

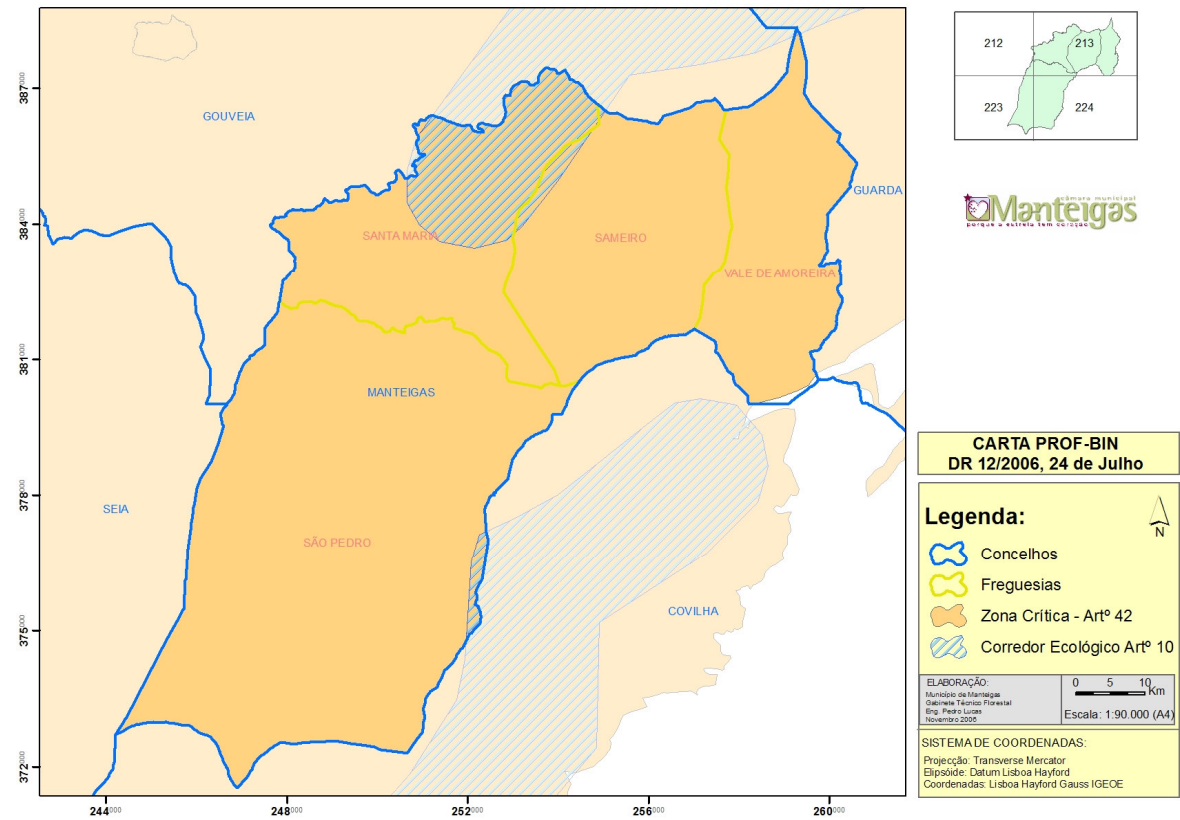
Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*)
Cipreste-de-Lawson (*Chamaecyparis lawsoniana*)
Cipreste-do-buçaco (*Cupressus lusitânica*)
Faia (*Fagus sylvatica*)
Freixo (*Fraxinus angustifolia*)
Medronheiro (*Arbutus unedo*)
Nogueira (*Juglans regia*)
Nogueira-preta (*Juglans nigra*)
Oxicedro (*Juniperus oxycedrus*)
Pinheiro-negro (*Pinus nigra*)
Pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*)
Salgueiro (*Salix alba*)
Sobreiro (*Quercus suber*)
Teixo (*Taxus baccata*)
Tília (*Tília platyphyllos*)
Vidoeiro (*Bétula celtiberica*)
Zimbro (*Juniperus communis*)

Implicações para o PMDFCI

O PROF-BIN, com entrada em vigor no dia 25 de Julho de 2006 (art.º 4.º do Decreto Regulamentar n.º12/2006 de 24 de Julho), compreende orientações estratégicas para o sector florestal regional, que vinculam directamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projectos a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados (art.º6.º do mesmo decreto), com implicações ao nível da elaboração e execução dos PMDFCI. O PROF-BIN tem um prazo de vigência de 20 anos (art.º47.º) e pode ser sujeito a alterações periódicas de cinco em cinco anos, baseado nos relatórios anuais de acompanhamento ou sempre que ocorra qualquer facto relevante (art.º 48.º).

Quadro Resumo das Implicações para o PMDFCI

	Art.º	Implicação
Corredores Ecológicos	n.º4 do art.10.º	Os corredores ecológicos devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RRDFCI).
Zonas Críticas	42.º	O planeamento das zonas críticas, demarcadas em sede de PROF-BIN, e a aplicação das medidas definidas nos artigos 43.º e 44.º devem estar concluídas num prazo de 2 anos, reflectindo-se no programa de acção do PMFCI.
Gestão de Combustíveis	43.º	Define conjunto de medidas a aplicar na gestão de combustíveis, com implicações para o programa de acção referente à silvicultura preventiva.
RRDFCI	44.º	Define as componentes da RRDFCI e competência das diferentes entidades. Declaração de utilidade pública.
Edificações	46.º	Condiciona a classificação, qualificação e reclassificação do solo mediante a classificação do risco de incêndio dos PMDFCI. Interdita a edificação em áreas classificadas de risco de incêndio elevado ou muito elevado.



Funções principais a considerar no âmbito do planeamento florestal

Função Principal	Concelho de Manteigas Classificação		Sub-Função	Bens e Serviços
Produção	Sem especial relevância	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas	Produção de Madeira	Produção de toros, rolaria, raízes, etc.
			Produção de cortiça	Produção de cortiça
			Produção de biomassa para energia	Produção de lenha, carvão, biomassa para centrais energéticas, etc.
			Produção de frutos e sementes	Produção de pinhão, castanha, noz, medronho, alfarroba, etc.
			Produção de outros materiais vegetais e orgânicos	Produção de resinas, folhagens, vimes, cascas, árvores, cogumelos, plantas alimentares, aromáticas e medicinais, etc.
Protecção	Muito importante	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infra-estruturas antrópicas	Protecção da rede hidrográfica	Protecção das margens, manutenção da qualidade de água, etc.
			Protecção contra a erosão eólica	Fixação das areias móveis
			Protecção contra a erosão hídrica e cheias	Fixação de vertentes, correcção torrencial, amortecimento de cheias, etc.
			Protecção microclimática	Compartimentação de campos agrícolas, intercepção de nevoeiros, etc.
			Protecção ambiental	Filtragem de partículas e poluentes atmosféricos, fixação de CO ₂

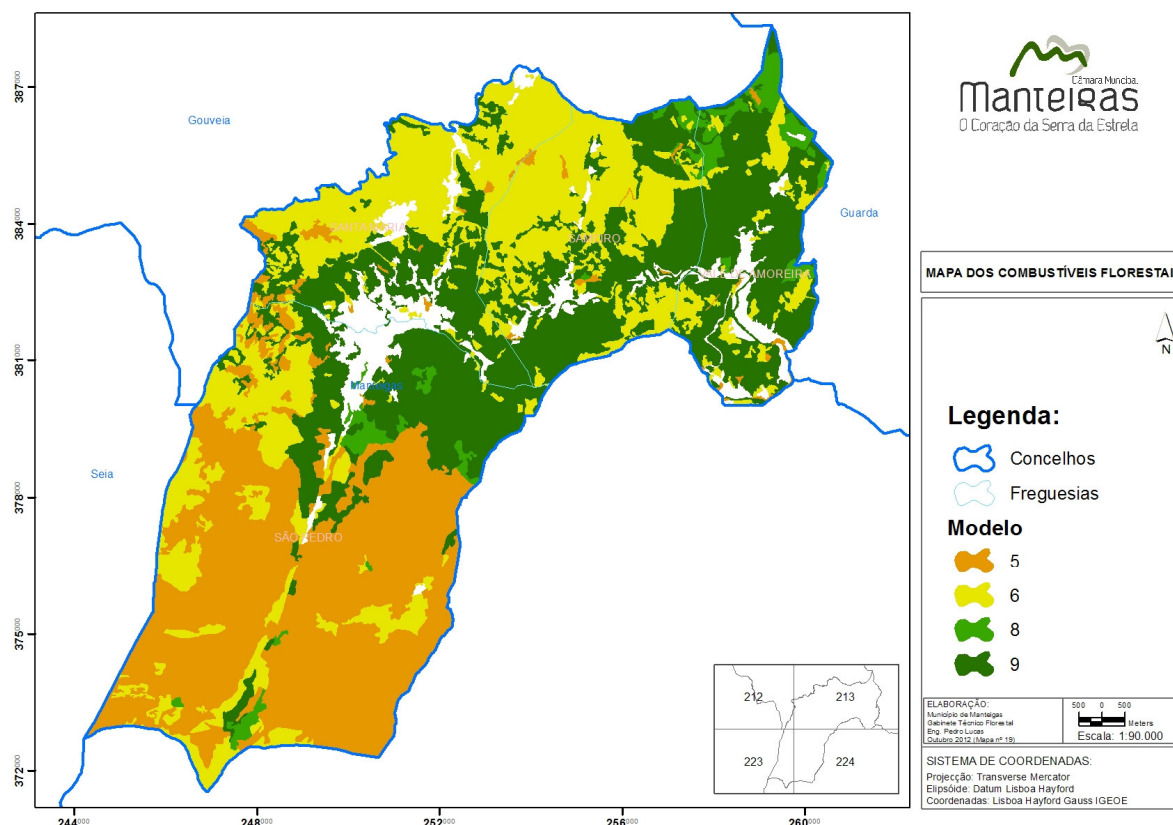
Função Principal	Concelho de Manteigas Classificação		Sub-Função	Bens e Serviços
Conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos	Importante/Muito importante	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção das diversidades biológica e genética e de geomonumentos	Conservação de habitats classificados	Manutenção num estado favorável de conservação de habitats e espécies, classificados como prioritários nos diversos diplomas de nível nacional, europeu e mundial
			Conservação de espécies da flora e da fauna protegida	
			Conservação de geomonumentos	Protecção de jazidas paleontológicas, etc.
			Conservação dos recursos genéticos	Manutenção da riqueza genética
Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Importante/Muito importante	Contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia	Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas	Enquadramento da actividade cinegética, produção de carne, etc.
			Suporte à pastorícia	Produção de carne, leite, lã, peles, etc.
			Suporte à apicultura	Produção de mel e outros produtos apícolas
			Suporte à pesca em águas interiores	Enquadramento de actividade de pesca nas águas interiores
Recreio, enquadramento e estética da paisagem	Importante/Muito importante	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos	Enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos	Enquadramento de sítios arqueológicos, monumentos, zonas urbanas, etc.
			Enquadramento dos equipamentos turísticos	Enquadramento de aldeamentos turísticos, campos de golfe, etc.
			Recreio	Enquadramento de actividades de recreio e contemplação
			Conservação de paisagens notáveis	Composição de paisagens classificadas
			Enquadramento de usos especiais	Enquadramento de campos militares, estabelecimentos prisionais, etc.
			Enquadramento de infra-estruturas	Enquadramento de vias de comunicação, zonas industriais, etc.

2

MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1. Modelos de Combustíveis Florestais

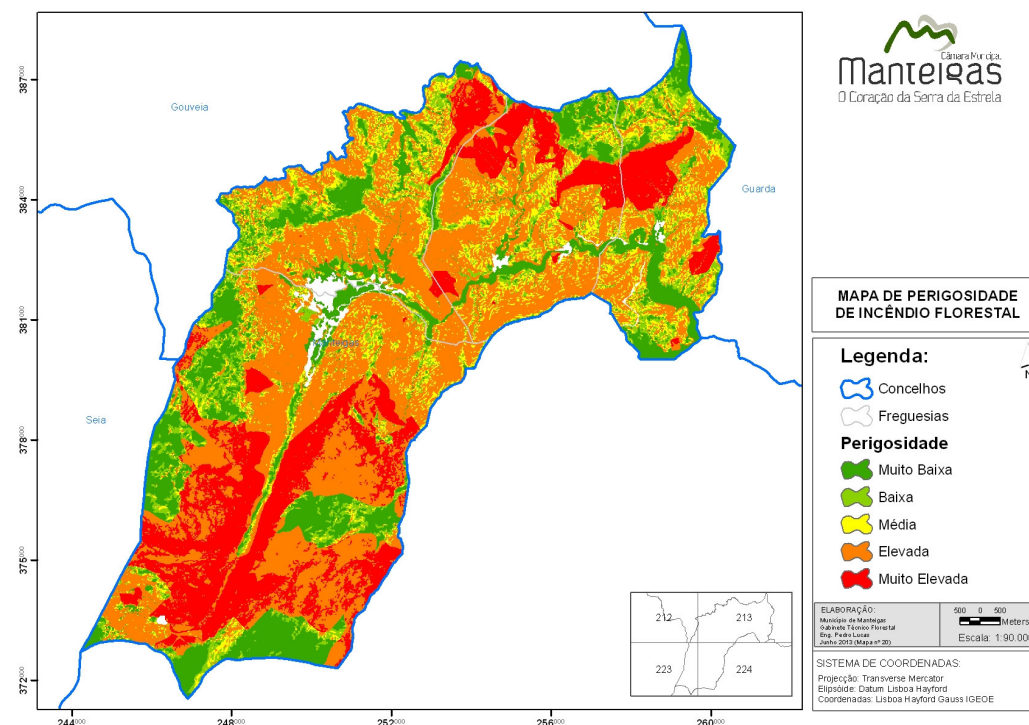


→ No concelho de Manteigas, e de acordo com a classificação *Nothern Forest Fire Laboratory*, predominam os seguintes modelos de combustível:

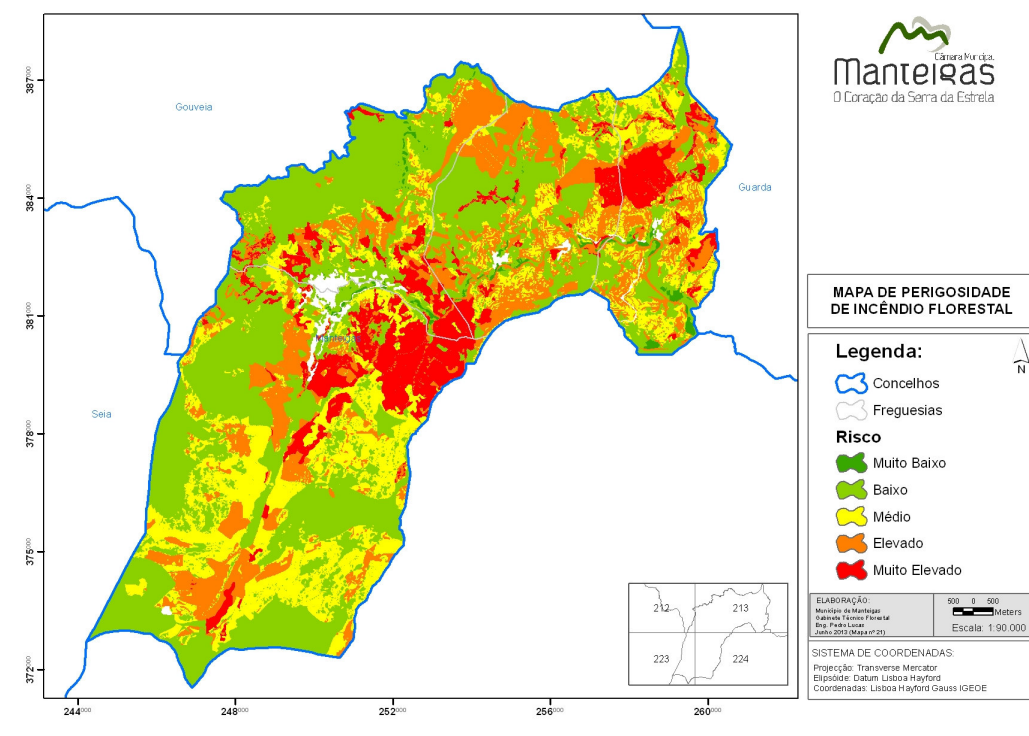
GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO
Arbustivo	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0.6m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada
	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0.6 e os 2m de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
Manta morta	8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas alta, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso
	9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , etc. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas dos que as do modelo 8.

2.2. Cartografia de risco de incêndio florestal

Mapa de perigosidade de incêndio florestal



Mapa de risco de incêndio florestal

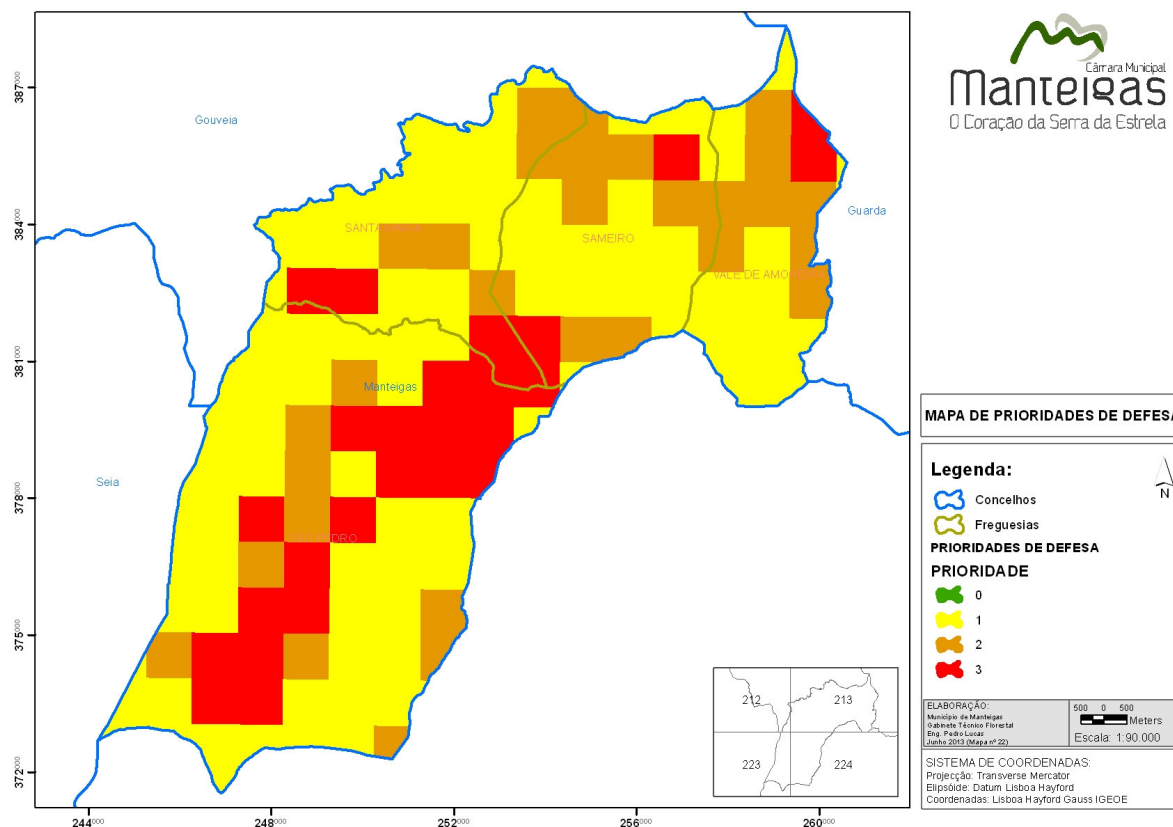


O elevado valor paisagístico dos espaços florestais e a existência de locais privilegiados para fins de recreio e lazer constitui uma mais valia para a região de Manteigas. Entre as condicionantes do concelho está o elevado risco de incêndio, associado à existência de áreas significativas com grande risco de erosão e a elevada susceptibilidade à desertificação.

As áreas de Risco de Incêndio Muito Elevado são comuns às zonas de maior altitude e correspondem a áreas deficientes em acessos, pontos de água, visibilidade dos postos de vigia, com povoamentos de resinosas e matos. A deflagração de um incêndio nestas zonas, muitas delas já percorridas pelo fogo, torna uma situação que já é delicada devido à forte erosão das encostas do concelho, num acontecimento dramático a nível ecológico e de segurança para as populações.

2.3. Prioridades de defesa

Mapa das prioridades de defesa



→ A cartografia de prioridades de defesa teve em consideração os polígonos de risco de incêndio florestal alto e muito alto, e de outros elementos com reconhecido valor ou interesse cultural, ecológico ou outro;

→ As principais prioridades de defesa são as zonas florestais de elevado interesse e as áreas com declives acentuados, onde deverá fixar-se ou manter-se o coberto vegetal; Ainda assim, realça-se a necessidade da preservação de todo o território devido à real importância dos valores em causa.

3

OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

O aumento da sinistralidade dos incêndios tem induzido uma consciência generalizada, tanto ao nível da população como entre as entidades públicas, e simultaneamente, provocado uma melhoria do conhecimento sobre o fenómeno da causalidade dos fogos florestais e quais os meios de luta e prevenção mais eficazes para minorar o problema. No entanto, apesar da maior disponibilidade de recursos humanos e materiais para o seu combate, os resultados revelam uma ineficácia crescente ou flutuante destes meios, tornando-se cada vez mais evidente que só através de uma política baseada em ações de prevenção e coordenação, se poderá chegar a uma situação estável de redução do risco de incêndio.

Sem esquecer que o fogo é um fenómeno que não pode nem deve ser totalmente eliminado dos ecossistemas florestais, que dele dependem para a manutenção do seu equilíbrio, a política de ordenamento florestal a adoptar pelo concelho de Manteigas deverá integrar as estratégias adequadas, que permitam obstar ou diminuir os impactos produzidos pelos incêndios.

Assim, terão de ser tomadas medidas de proteção contra incêndios, que integrem cada vez mais ações de prevenção e que englobem os seguintes aspetos fundamentais:

1. Correção dos erros estruturais e culturais que a generalidade dos povoamentos de resinosas do concelho apresentam, designadamente no que respeita às continuidades verticais e horizontais de cargas de combustíveis.

Gestão da vegetação através de corte mecânico de matos

Preconiza-se a utilização de corta-matos, a atuar fundamentalmente nas áreas de matos e bordadura dos povoamentos, onde não seja possível a aplicação de fogo controlado. Os produtos resultantes do corte serão, sempre que possível, estilhaçados e deixados no terreno de forma a contribuir para o aumento do teor de matéria orgânica no solo e redução dos fenómenos erosivos. Para um melhor aproveitamento dos recursos e implementação de uma verdadeira actividade sustentável, poder-se-ão criar condições para destinar estes resíduos às escolas do concelho ou outras instituições sem fins lucrativos, ou ainda a futuras centrais de biomassa.

Gestão da vegetação através de corte manual de matos

Preconiza-se a limpeza de matos, por faixas ou manchas de dimensão variável, em zonas com intensa regeneração natural de vegetação autóctone, linhas de água ou locais cujas características orográficas permitam a criação de áreas de contenção do fogo.

Desbaste, desrama e eliminação de resíduos

Conjunto de operações a desenvolver, em faixas de dimensão variável, ao longo dos caminhos que atravessam ou ladeiam os povoamentos, faixas que se entrepõem entre povoamentos e áreas agrícolas e/ou de matos onde a probabilidade de utilização de fogo como prática cultural é elevada.

2. Realização de ações de sensibilização e formação da população em geral, com especial destaque para as classes etárias mais jovens.

Para além das ações referidas relativas à gestão da vegetação, é importante a aposta na formação cívica da população.

Adequar a gestão dos espaços florestais à necessidade de conservação dos habitats de fauna e flora classificados, através da sensibilização dos produtores florestais para a sua importância e aproveitar as diversas oportunidades existentes na área das ações de formação para aumentar a especialização e o conhecimento daqueles que desenvolvem o seu trabalho em atividades relacionadas com a floresta, deve ser uma prioridade.

3. Investigação das principais causas e fatores que contribuem para a ocorrência de incêndios.**4. Estudo e aplicação das técnicas de gestão de combustíveis que melhor se adequam às características e condicionalismos do concelho.**Gestão da vegetação através de fogo controlado:

Consiste na eliminação, através do fogo, da parte aérea dos matos de forma a criar áreas de dimensão variável, dominadas predominantemente por gramíneas e/ou arbustos. Esta técnica é aplicada em áreas de matos e/ou sub-coberto de resinosas, pretendendo-se, simultaneamente, criar áreas de pastoreio e quebrar a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.

5. Construção e beneficiação dos pontos de água.

Uma vez realizado o levantamento, caracterização e validação dos pontos de água distribuídos pelo concelho, existe a necessidade de ser comprovado o seu estado de conservação antes da época crítica dos incêndios. O acesso deverá ser fácil e rápido e o seu funcionamento deverá ser autónomo.

6. Conservação da Paisagem.

A conservação e a melhoria da paisagem consiste em:

- Incrementar a consciencialização das administrações, dos agentes sócio-económicos e da sociedade em geral sobre o valor da paisagem como recurso e responsabilizá-los na sua conservação e melhoria;
- Incluir específica e sistematicamente a paisagem ao planificar, projetar ou executar qualquer ação que possa ter um impacto direto ou indireto, tanto positivo como negativo sobre a mesma;
- Clarificar o marco normativo relativo à conservação da paisagem, avaliando a sua eficácia, e incentivar a sua aplicação;
- Fomentar a educação e a formação sobre a valorização e a gestão da paisagem a todos os níveis, mediante a inclusão de programas educativos, formação de técnicos especialistas e dos responsáveis da gestão do território.
- Identificar e valorizar a paisagem da região, analisar as suas características, sua dinâmica e as pressões que a afeta. Há que avaliar a sua qualidade, vulnerabilidade e, em definitivo, a sua capacidade para absorver ditas mudanças, assim como conhecer a valorização que a paisagem traz à comunidade que engloba.¹

A deflagração de incêndios nas áreas de matos, muitas vezes contíguas a povoamentos de espécies florestais resinosas ou autóctones, prende-se sobretudo, com a criação de zonas de pasto. Assim, nestas áreas pretende-se potenciar o aparecimento, em manchas ou faixas, de vegetação herbácea e/ou arbustiva pouco lenhificada com vista à criação de zonas de pasto para o gado e fauna selvagem. Deverão ser planificadas ações de fogo controlado ou promovidas queimadas devidamente licenciadas.

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objetivo de reduzir localmente a velocidade do vento e intercetar faúlhas e outros materiais incandescentes. Estas deverão estar estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas (fundos de vales com elevada pendente, cumeadas, portelas, cristas de escarpa ou faixas de proteção a linhas elétricas) e ser perpendiculares à direção predominante do vento.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efectivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a

¹ No Plano de Ordenamento do PNSE, devem constar todas as regras e normativos específicos de melhoria/conservação da paisagem, assim como no PDM do concelho.

limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

A gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo (devido quer à topografia, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climatéricas e edáficas desfavoráveis).

Também deve destacar-se a importância do tratamento das Faixas de Redução dos Combustíveis (FGC) no planeamento da rede viária estruturante, nacional, municipal e local. Essa abordagem tem como objetivos diminuir a probabilidade da deflagração de fogos nas bermas das estradas, dificultar a propagação de focos nascentes e facilitar a utilização destas vias como pontos de acesso e de apoio ao combate das frentes de fogo.

As FGC, com uma largura mínima de 100 m em redor das povoações, não são desenhadas para parar um fogo, mas sim para conferir às forças responsáveis pelo combate uma maior probabilidade de sucesso no ataque e contenção de um grande incêndio florestal. O desenho das FGC tem em consideração as particularidades da paisagem e o histórico dos (grandes) fogos na região, designadamente no que respeita às causas da ignição a às condições meteorológicas e de combustíveis que propiciam o seu desenvolvimento, provocando incêndios de grande extensão e intensidade. Neste sentido, deverá ser constantemente recolhida toda a informação disponível sobre anteriores eventos catastróficos e sobre a sua causalidade, aproveitado o conhecimento de técnicos, guardas florestais, bombeiros, sapadores e trabalhadores rurais com experiência local em ações de combate e prevenção de fogos. A delimitação das FGC é baseada na rede viária ou noutro tipo de infraestrutura que permita uma delimitação bem definida e capaz de permitir a circulação dos meios de 1ª intervenção e combate.

A eficácia das FGC está dependente da capacidade de, em caso de emergência, nelas se concentrarem os recursos de combate; neste sentido, é fundamental não só o sucesso das estratégias de diminuição do número de ignições em situações meteorológicas de elevado perigo de incêndio, mas também a diminuição do risco potencial das diversas infra-estruturas (habitações, etc.). A concepção de uma FGC implica a adoção simultânea de programas de manutenção (em intervalos de 2-5 anos), sem os quais se pode tornar ineficaz e mesmo perigosa. A manutenção deverá, desejavelmente, ser integrada com atividades geradoras de recursos financeiros como a silvopastorícia, a gestão cinegética, a recolha de biomassa para

energia, a agricultura ou a produção de frutos silvestres. Igualmente deverá ser otimizada a utilização dos sapadores florestais ou de outras estruturas locais que operem na gestão de combustíveis.

Uma medida importante seria a recuperação das “Casas de Guarda-Florestal” existentes no concelho de Manteigas, com o objectivo de servirem de apoio a ações de vigilância a incêndios, ao eco-turismo, voluntariado, promoção, etc.

Também existe a necessidade de um aperfeiçoamento das comunicações da rede de rádio entre os Bombeiros e os Sapadores Florestais e restantes Equipas de Vigilância.

Sem esquecer o ordenamento do território, haverá a necessidade de proteger as habitações e outras edificações existentes ou a implementar em espaços rurais, executando uma faixa de 50 metros em redor das mesmas, prevista no Dec. Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, revisto pelo DL n.º 17/2009, tendo como referência as seguintes indicações:

- uma faixa de 1-2 m pavimentada (empedrada, cimentada, etc.) circundando todo o edifício;
- uma faixa de 10 m (até 20 m nas situações de maior declive) desprovida de combustível, constituindo uma faixa de interrupção de combustível. Esta faixa poderá ter, excepcionalmente, alguns exemplares arbóreos ou arbustivos isolados, desde que sejam espécies de baixa inflamabilidade, e que não estabeleçam continuidade de combustível (separação de copas, 3 m de altura mínima da base da copa, ausência de continuidade vertical entre árvores e arbustos) e respeitem distâncias mínimas para o edifício (p.ex., mais de 5 m de edifício);
- uma faixa de 30 a 40 m desprovida de matos – faixa de atenuação. Caso exista, o coberto arbóreo deve, sempre que possível, ter copas que se distanciem entre si o equivalente à média da sua largura e tenham a base à altura mínima de 3 m, constituindo uma FGC;
- deverá ser evitada a constituição de sebes com espécies de maior inflamabilidade e a sua orientação não deve coincidir com a dos ventos dominantes.

O cumprimento, mesmo que compulsivo, do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, por parte de entidades públicas e privadas, muito pode contribuir para a existência de mais áreas tratadas e consequentemente potenciadoras de incêndios menos violentos, menos velozes na propagação das chamas, e com menor área consumida.

O concelho beneficiaria bastante com a realização do cadastro florestal. Por ser uma questão complexa e por se tratar de um processo bastante moroso, deverá contar com uma intervenção ao nível do estado central.

A Rede Primária de faixas de gestão de combustível foi já aprovada em sede de Comissão Distrital de Defesa da Floresta, tendo sido executada entre 2008 e 2012. É uma estrutura que tem carácter supra-municipal e deverá ser mantida regularmente. No ano de 2008 e em 2012 provou ser eficaz como estrutura de apoio ao combate de 2 grandes incêndios. Em termos de DFCI representa uma das grandes apostas do concelho de Manteigas.

1 º EIXO ESTRATÉGICO

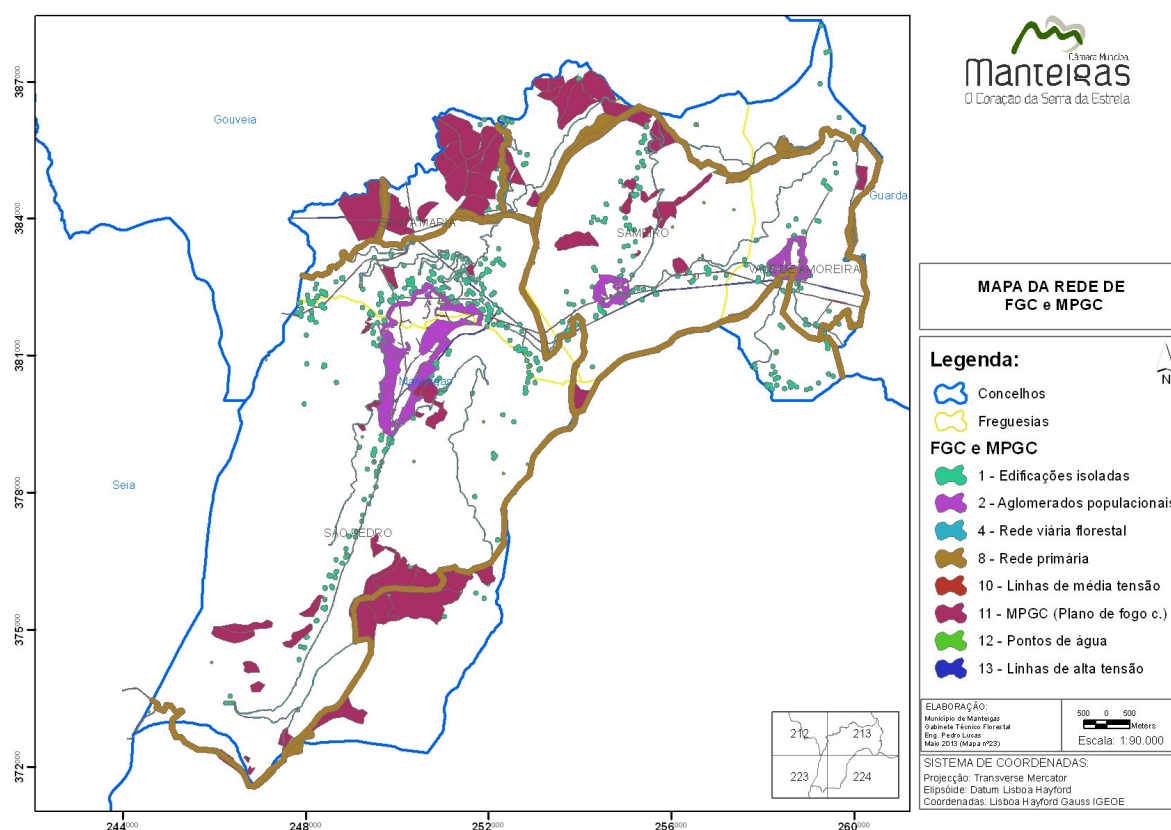
AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1. 1º Eixo estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Levantamento da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios

Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis (MPGC)

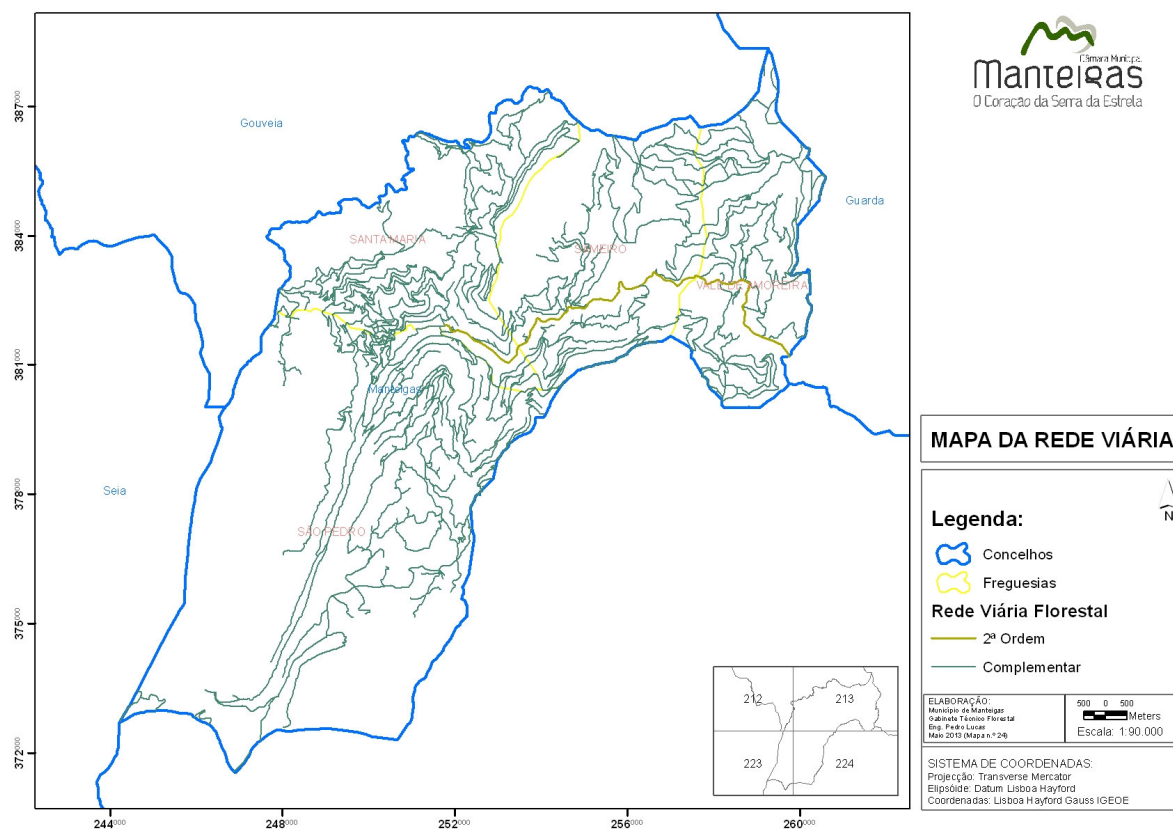


→ Ao nível das operações silvícolas o objectivo é claro: redução da carga combustível com vista à compartimentação do espaço florestal e à proteção de pessoas e bens;

→ As ações são desenvolvidas com base nas infra-estruturas já existentes, tendo-se optado por seleccionar aquelas que se revestem de prioridade no que diz respeito à proteção da população e da floresta;

→ Em 5 anos pretende-se intervir em 20,5% da área do concelho.

Rede Viária Florestal



→ O concelho conta com uma vasta rede de caminhos e estradas justificada pela dura topografia serrana;

→ Os 430km de rede viária florestal comportam um conjunto de infra-estruturas de razoável qualidade, tendo particular importância para a implementação da Rede Primária e Secundária de faixas de gestão de combustível;

→ Os invernos rigorosos, associados à predominância de declives acentuados e à falta de valetas adequadas ao escoamento das águas pluviais, fazem com que se verifique uma rápida erosão e deterioração em muitos dos caminhos representados; Assim, não havendo capacidade para manter operacional toda a rede viária, deverão ser intervencionadas regularmente as estradas prioritárias do ponto de vista da DFCI;

→ A rede viária é um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI;

→ A acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspecto relevante para o ordenamento florestal. É determinante no escoamento dos produtos florestais, no combate a incêndios florestais e na oferta do recreio e lazer às populações.

No contexto da DFCI, a rede viária desempenha funções de:

- Rápida deslocação dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc;
- Integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa.

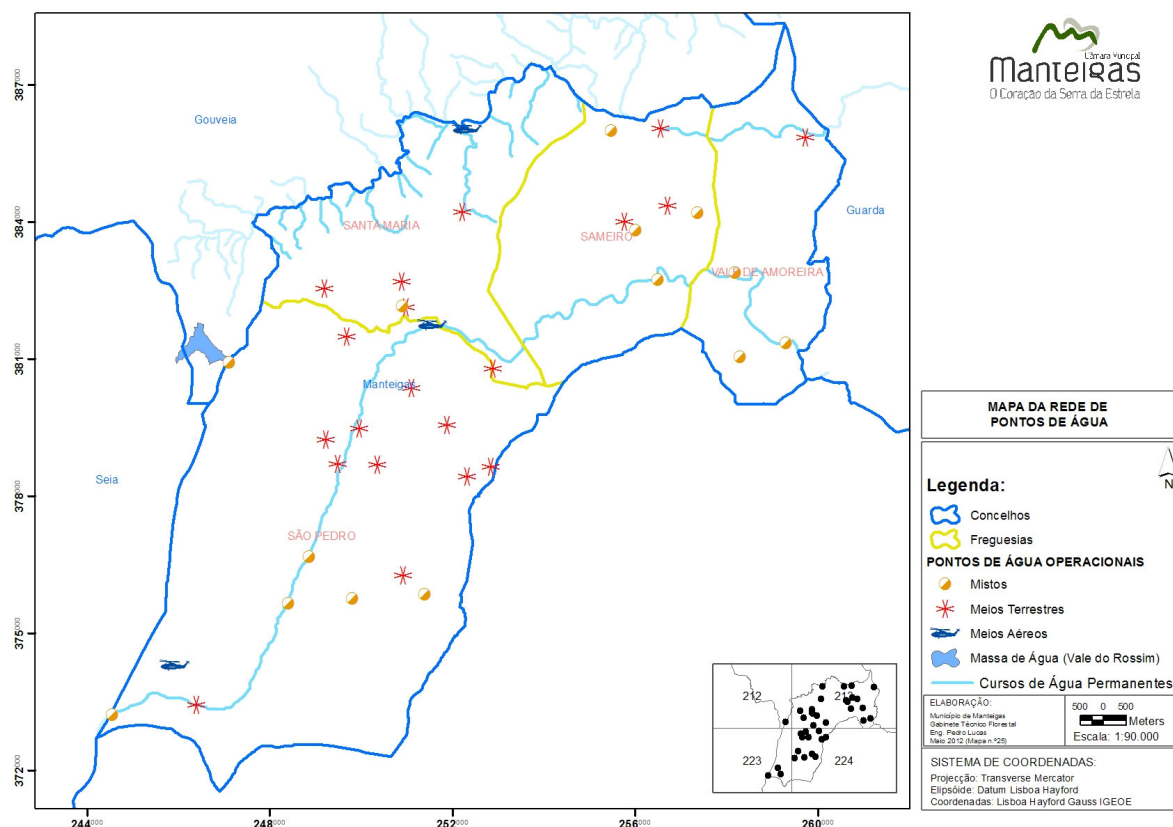
A rede viária também constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. Além das restantes infra-estruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos é de elevada importância para as operações de coordenação do combate e para o desenvolvimento de estratégias a definir.

→ Segundo o Plano Regional do Ordenamento Florestal – Beira Interior Norte (2005), o concelho de Manteigas é um dos que apresenta a maior densidade viária. Ainda assim, as características sinuosas do terreno dificultam a deslocação de meios a grande parte do território.

→ O valor dos espaços florestais para recreio e lazer tem que ver diretamente com a qualidade paisagística que oferecem, com a sua acessibilidade e com a capacidade de acolhimento que proporcionam. A sua gestão deverá ser conduzida no sentido de minimizar impactes visuais negativos, criar diversidade e valor estético e providenciar acessos e infra-estruturas de acolhimento.

→ No concelho verifica-se que alguns espaços florestais são atualmente procurados como áreas de lazer e já fornecem enquadramento a atividades recreativas, pelo que a sua gestão deverá ser orientada no sentido de manter ou melhorar os aspectos paisagísticos e naturais que os caracterizam.

Rede de Pontos de Água

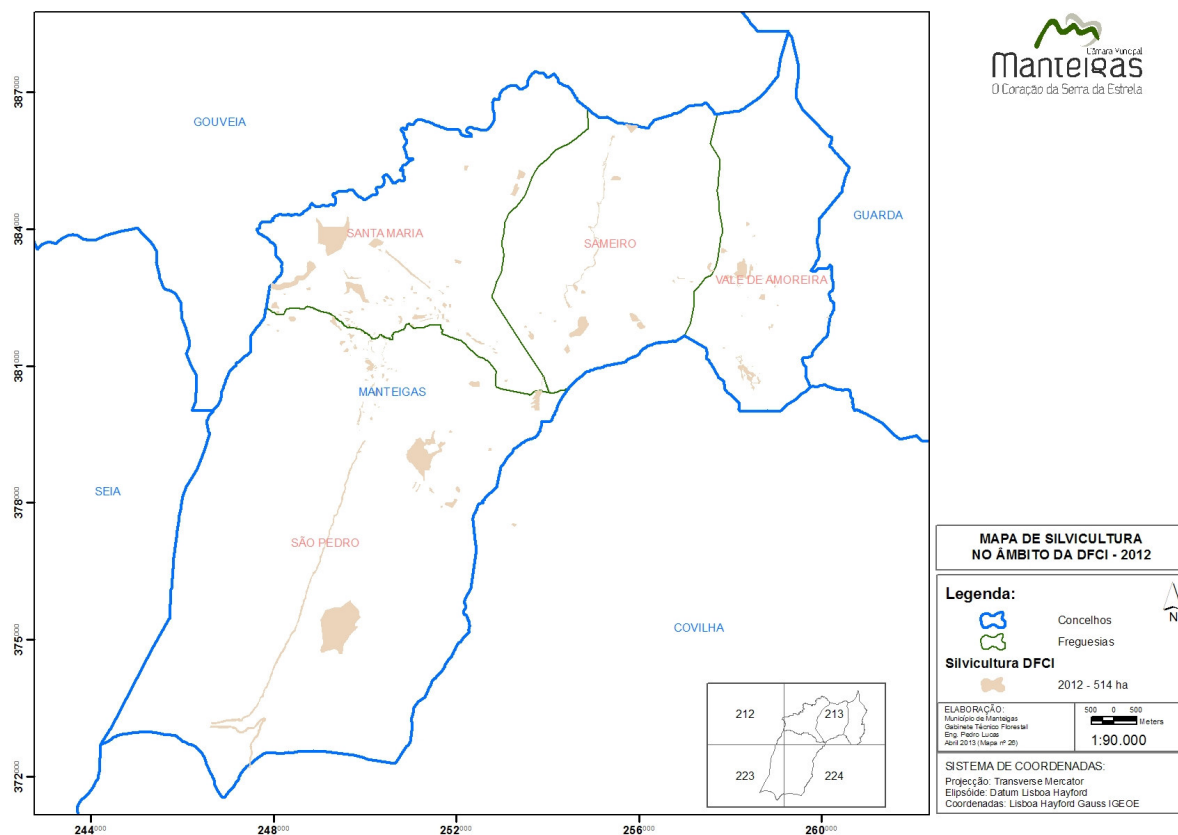


Com as constantes alterações climáticas e um eventual cenário de seca no estio, torna-se cada vez mais importante para a estrutura de combate aos incêndios florestais, uma caracterização detalhada dos pontos de água.

→ Os pontos de água têm de estar em condições de poder garantir o reabastecimento dos equipamentos de combate às chamas; A sua distribuição por todo o concelho tem de ser a mais homogênea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios;

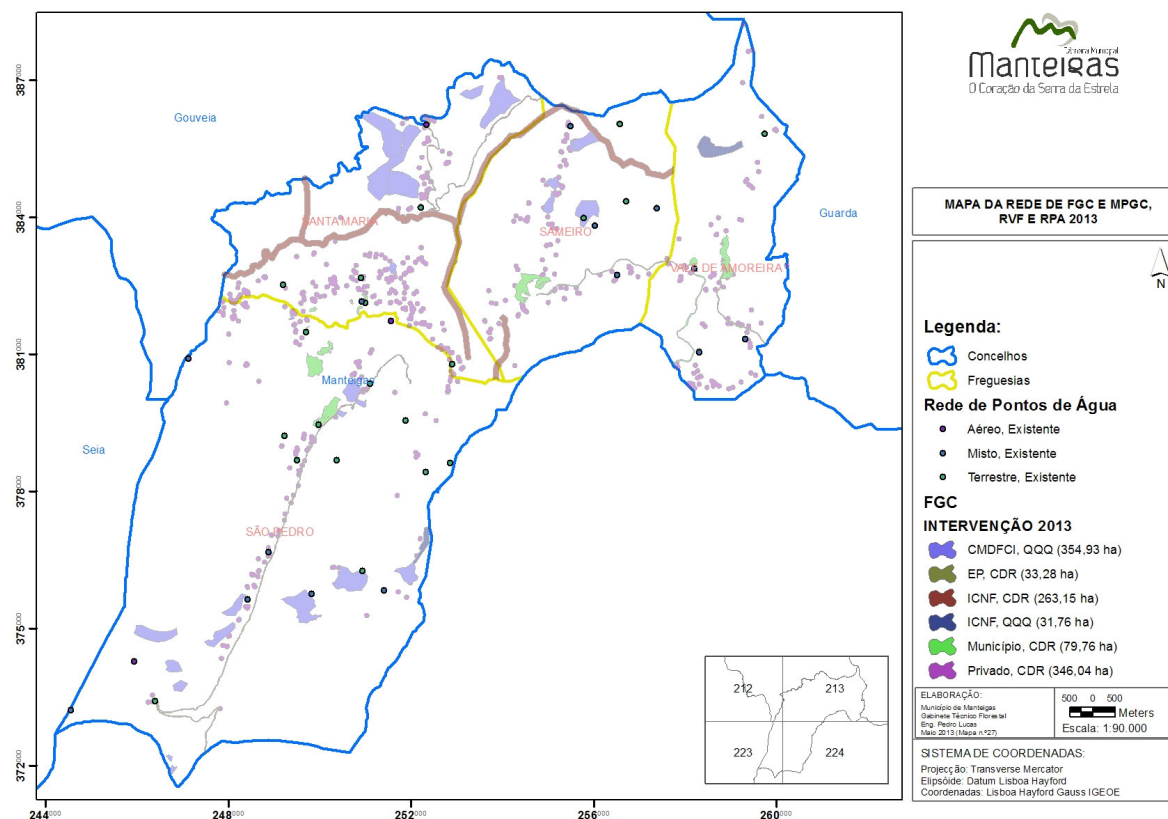
→ No concelho, existe um considerável número de pontos de água, bem distribuídos pelo território; No entanto, face às difíceis acessibilidades, dever-se-á aumentar o seu número, de forma a incrementar a disponibilidade de água e o sucesso de cada intervenção.

Silvicultura no âmbito da DFCI - 2012

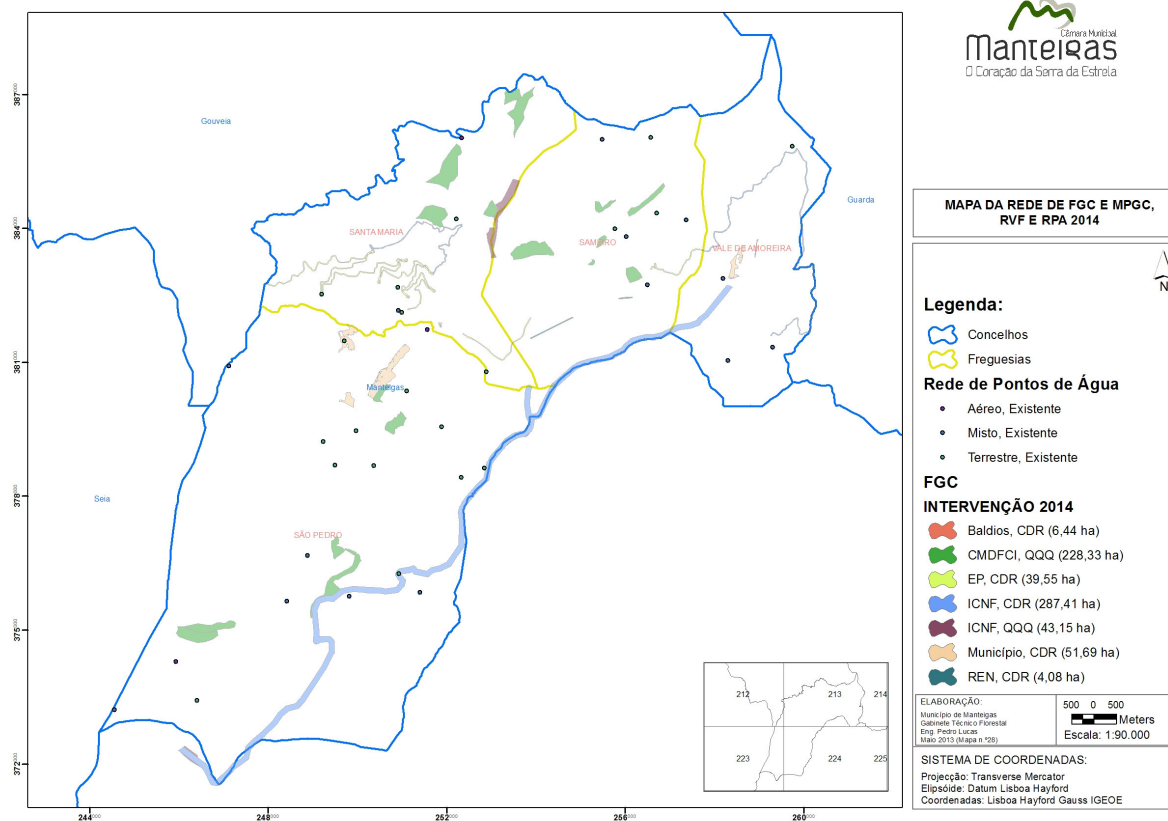


Planeamento das Ações referentes ao 1º Eixo Estratégico

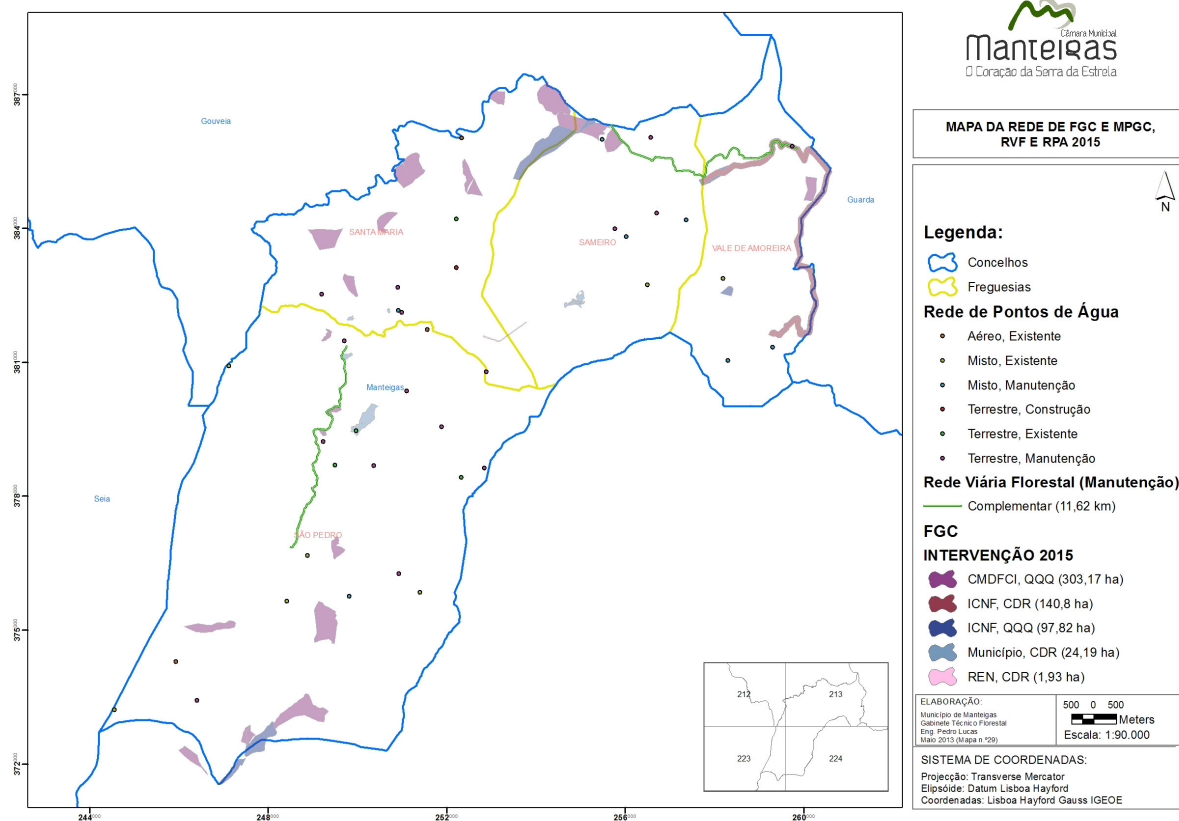
→ 2013



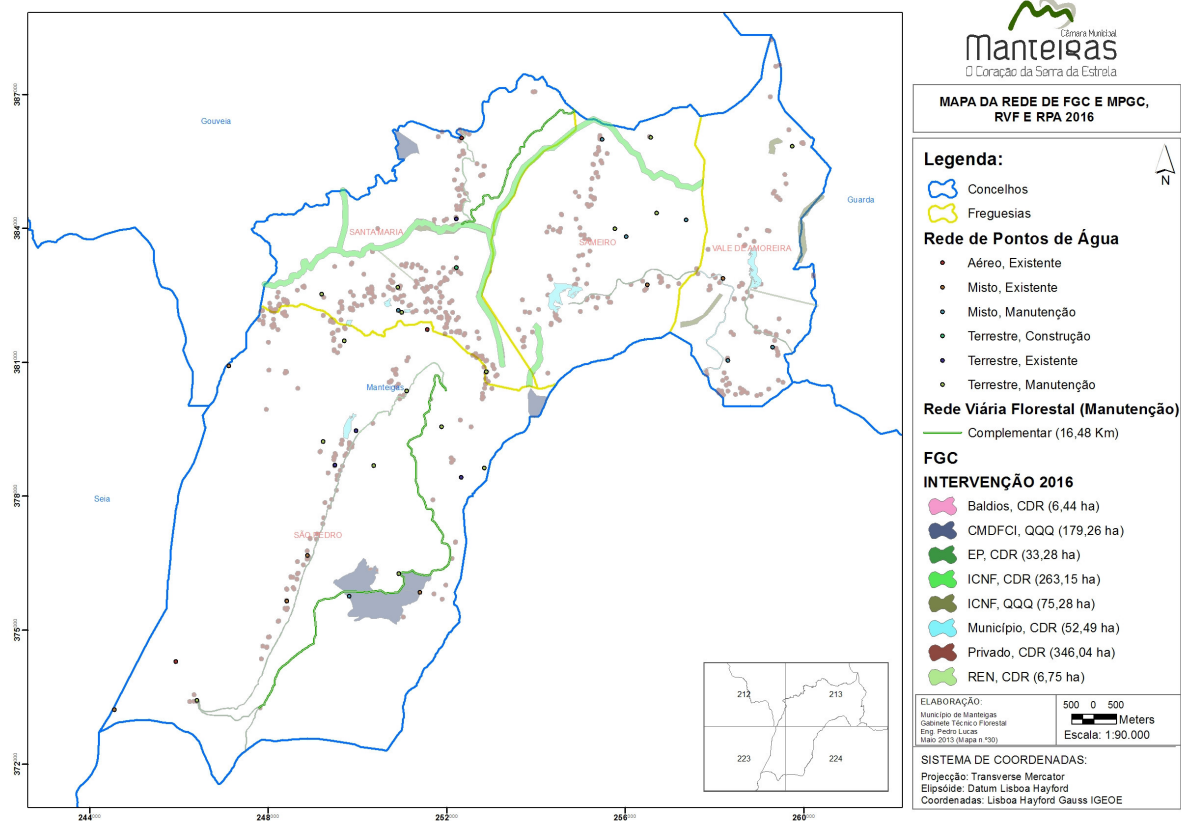
→ 2014



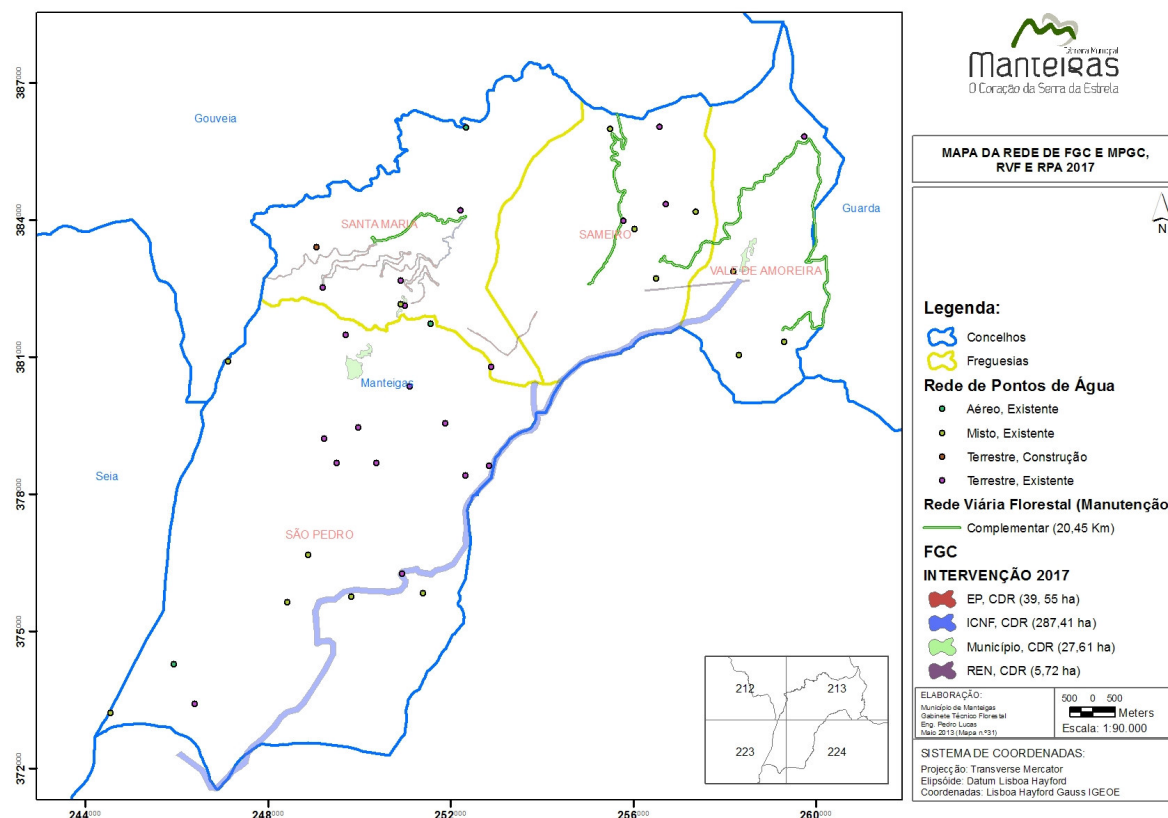
→ 2015



→ 2016



→ 2017



→ Para serem alcançados os objetivos traçados no PMDFCI e cumpridas as exigências legais relativas à DFCI, terá de haver um esforço conjunto por parte das entidades públicas e privadas, assim como dos proprietários particulares;

→ Demonstrada que está a necessidade de preservação dos valores existentes no concelho e a proteção de pessoas e bens, só com uma forte articulação e disponibilidade dos recursos disponíveis se conseguirá intervir no território e incrementar a probabilidade de sucesso nas operações de emergência.

→ Os Quadros Comunitários de Apoio e outros instrumentos de financiamento deverão ser bem aproveitados para fazer face aos custos com os meios humanos e materiais necessários à execução das ações previstas; Também os orçamentos próprios de cada entidade pública e particular deverão acautelar as intervenções aqui propostas.

Rede de FGC e MPGC

						Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
Freguesia	Código da descrição da faixa / mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGG (ha)	2013	2014	2015	2016	2017
						Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)
Sameiro	001	Edificações	63	0	63	63	0	0	63	0
	002	Aglomerados populacionais	21	0	21	21	0	6	20	0
	003	Parques e polígonos industriais	0	0	0	0	0	0	0	0
	004	Rede viária florestal	52	146	197	7	16	5	7	16
	008	Rede Primária	138	11	149	101	38	53	101	38
	010	Rede eléctrica de média tensão	1	8	9	0	0	1	0	0
	011	Mosaicos	129	0	129	46	53	30	0	0
	012	Pontos Água	2	0	2	0	2	0	2	0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	6	4	10	0	3	0	0	2
	Sub – Total		412	169	581	154	112	90	110	56
Santa Maria	001	Edificações	130	0	130	130	0	0	130	0
	002	Aglomerados populacionais	6	69	76	3	0	1	4	2
	003	Parques e polígonos industriais	0	0	0	0	0	0	0	0
	004	Rede viária florestal	58	218	277	15	43	0	15	43
	008	Rede Primária	141	36	177	141	0	0	141	0
	010	Rede eléctrica de média tensão	1	27	28	0	0	1	0	0
	011	Mosaicos	497	87	583	167	87	137	19	0
	012	Pontos Água	2	0	2	0	1	0	1	0

	013	Rede eléctrica de alta tensão	3	16	19	0	0	0	3	0
	Sub – Total		837	350	1290	456	132	140	312	45
São Pedro	001	Edificações	93	0	93	7	0	0	7	0
	002	Aglomerados populacionais	83	41	124	32	43	17	7	17
	003	Parques e polígonos industriais	0	0	0	0	0	0	0	0
	004	Rede viária florestal	64	307	371	53	0	12	53	0
	008	Rede Primária	198	32	231	9	198	30	0	198
	010	Rede eléctrica de média tensão	0	15	15	0	0	0	0	0
	011	Mosaicos	506	0	506	142	89	115	144	0
	012	Pontos Água	3	3	5	0	3	0	3	0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	0	7	7	0	0	0	0	0
	Sub – Total		948	405	1352	242	332	173	213	215
Vale de Amoreira	001	Edificações	58	0	58	58	0	0	58	0
	002	Aglomerados populacionais	25	26	51	16	9	0	14	9
	003	Parques e polígonos industriais	0	0	0	0	0	0	0	0
	004	Rede viária florestal	35	161	196	12	22	12	12	17
	008	Rede Primária	139	46	185	23	22	117	37	22
	010	Rede eléctrica de média tensão	1	11	12	0	1	0	0	0
	011	Mosaicos	11	0	11	0	0	11	0	0
	012	Pontos Água	1	0	1	0	1	0	1	0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	10	1	10	0	0	0	4	3
	Sub – Total		279	246	525	109	54	141	125	50

Total	2476	1170	3748	961	630	543	760	367
-------	------	------	------	-----	-----	-----	-----	-----

						Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
	Código da descrição da faixa / mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGG (ha)	2013	2014	2015	2016	2017
						Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)	Área c/ interv. (ha)
Concelho	001	Edificações	344	0	344	258	0	0	258	0
	002	Aglomerados populacionais	135	137	272	72	52	24	45	28
	003	Parques e polígonos industriais	0	0	0	0	0	0	0	0
	004	Rede viária florestal	210	832	1041	87	81	29	87	76
	008	Rede Primária	616	125	742	273	258	200	278	258
	010	Rede eléctrica de média tensão	3	61	64	0	1	2	0	0
	011	Mosaicos	1142	87	1229	355	228	293	162	0
	012	Pontos Água	7	3	11	0	7	0	7	0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	18	28	46	0	3	0	7	6
	Total		2476	1272	3748	1045	630	549	844	367

→ As regras para as novas edificações no espaço florestal ou rural, fora das áreas edificadas consolidadas, terão de respeitar os instrumentos de planeamento existentes, nomeadamente o estabelecido no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (pág. 41 do Caderno II), no Plano Diretor Municipal, no Plano de Ordenamento do PNSE, sem prejuízo do disposto na legislação em vigor.

Rede Viária Florestal

Freguesia	Classes das vias de RVF (Rede_DFCl)	Comprimento total com necessidade de intervenção (km)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (km)	Comprimento total (m)	2013	2014	2015	2016	2017
					C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)	C/ Interv. (km)
Sameiro	1ª ordem								
	2ª ordem	0	6	6					
	complementar	10	69	79	0	0	0	0	0
	Sub-total	10	75	85	0	0	3	0	7
S.Maria	1ª ordem								
	2ª ordem	0	2	2	0	0	0	0	0
	Complementar	7	101	108	0	0	0	4	3
	Sub-total	7	103	110	0	0	0	4	3
S.Pedro	1ª ordem								
	2ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0
	Complementar	18	136	154	0	0	6	12	0
	Sub-total	18	136	154	0	0	6	12	0
V.Amoreira	1ª ordem								
	2ª ordem	0	4	4	0	0	0	0	0
	Complementar	12	69	81	0	0	3	0	10
	Sub-total	12	73	84	0	0	3	0	10

Total 1.ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0
Total 2.ª ordem	0	12	12	0	0	0	0	0
Total Complementar	47	375	421	0	0	12	16	20
Total	47	387	433	0	0	12	16	20

Rede de Pontos de Água

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de intervenção (C-Construção / M-Manutenção)				
					2013	2014	2015	2016	2017
Sameiro	5	212	Albufeira de açude	900	-	-	-	-	-
	19	111	Reservatório DFCI	15	-	M	-	M	-
	20	111	Reservatório DFCI	15	-	M	-	M	-
	21	111	Reservatório DFCI	15	-	M	-	M	-
	22	111	Reservatório DFCI	15	-	M	-	M	-
	29	114	Tanque de Rega	12	-	M	-	M	-
	32	114	Tanque de Rega	77	-	M	-	M	-
	Sub-total		7	1049					
Santa Maria	6	114	Tanque de Rega	100	-	M	-	M	-
	7	114	Tanque de Rega	160	-	M	-	M	-
	8	114	Tanque de Rega	200	-	M	-	M	-
	9	113	Piscina	280	-	M	-	M	-
	10	113	Piscina	80	-	-	-	-	-
	11	212	Albufeira de açude	400	-	-	-	-	-
	28	114	Tanque de Rega	23	-	M	-	M	-
	38	111	Reservatório DFCI	20	-	C	-	-	M
	39	111	Reservatório DFCI	20	-	C	-	-	M
	Sub-total		9	1283					
São Pedro	1	114	Tanque de Rega	31	-	-	-	-	-
	2	114	Tanque de Rega	150	-	M	-	M	-
	3	112	Poço	45	-	-	-	-	-
	4	114	Tanque de Rega	75	-	M	-	M	-
	13	214	Charca	2198	-	-	-	-	-
	14	114	Tanque de Rega	75	-	M	-	M	-
	15	212	Albufeira de açude	144	-	-	-	-	-
	16	211	Albufeira de barragem	78000	-	-	-	-	-
	17	221	Lago	31400	-	-	-	-	-
	18	114	Tanque de Rega	16	-	-	-	-	-
	25	111	Reservatório DFCI	5	-	-	-	-	-
	26	212	Albufeira de açude	50	-	-	-	-	-
	27	114	Tanque de Rega	9	-	M	-	M	-
	31	214	Charca	420	-	-	-	-	-
	33	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	M	-
	34	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	M	-
	35	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	M	-
	36	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	M	-
	37	111	Reservatório DFCI	20	-	M	-	M	-
	Sub-total		19	112717					
Vale de Amoreira	12	222	Rio	1200	-	-	-	-	-
	23	310	Tomada de água - rede pública	3	-	M	-	M	-
	24	212	Albufeira de açude	900	-	M	-	M	-

	30	114	Tanque de Rega	30	-	M	-	M	-
Sub-total			4	2133					
Total			39	117182					

Metas e indicadores

Freguesia	Acção	Área total	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					Total
					2013	2014	2015	2016	2017	
Sameiro	Implementação da Rede Primária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	149	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	26	53	0	0	79
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	101	12	0	101	38	251
	Implementação da Rede Secundária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	365	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	46	53	30	0	0	129
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	91	21	12	92	19	236
	Construção e Manutenção de Rede Viária	85	Construção de Rede Viária	km	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Viária	km	0	0	3	0	7	10
Santa Maria	Construção e Manutenção de Rede Divisional	0	Construção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	1049	Construção de Pontos de Água	m³	0	0	0	0	0	0
			Reparação de Pontos de Água	m³	0	164	0	164	0	1049
	Implementação da Rede Primária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	177	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	39	0	39
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	141	0	0	102	0	242
	Implementação da Rede Secundária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	804	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	167	87	137	19	0	410
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	148	45	2	153	45	394
	Construção e Manutenção de Rede Viária	110	Construção de Rede Viária	km	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Viária	km	0	0	0	4	3	7
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	0	Construção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	1283	Construção de Pontos de Água	m³	0	0	0	19	19	38
			Reparação de Pontos de Água	m³	0	903	0	903	0	1283

São Pedro	Implementação da Rede Primária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	231	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	9	17	30	0	0	55
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	181	0	0	198	380
	Implementação da Rede Secundária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	930	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	142	89	115	0	0	345
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	178	45	28	155	17	424
	Construção e Manutenção de Rede Viária	154	Construção de Rede Viária	km	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Viária	km	0	0	6	12	0	18
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	0	Construção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
Vale de Amoreira	Implementação da Rede Primária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	185	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	23	0	15	37	0	75
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	22	103	0	22	146
	Implementação da Rede Secundária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	237	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	11	0	0	11
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	86	27	6	89	29	237
	Construção e Manutenção de Rede Viária	84	Construção de Rede Viária	km	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Viária	km	0	0	3	0	10	13
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	0	Construção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	2133	Construção de Pontos de Água	m³	0	0	0	0	0	0
			Reparação de Pontos de Água	m³	0	933	0	933	0	2133

Concelho	Acção	Área total	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					Total
					2013	2014	2015	2016	2017	
Concelho	Implementação da Rede Primária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	742	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	32	43	98	75	0	248
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	241	214	103	203	258	1018
	Implementação da Rede Secundária	0	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	0	0	0	0	0	0
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0

	Manutenção da Rede Secundária	2335	área instalada com recuso ao fogo controlado	ha	355	228	293	19	0	895
			área instalada com recuso a meios mistos	ha	503	139	49	489	110	1291
	Construção e Manutenção de Rede Viária	433	Construção de Rede Viária	km	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Viária	km	0	0	12	16	20	48
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	0	Construção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
			Manutenção de Rede Divisional	ha	0	0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	117182	Construção de Pontos de Água	m³	0	0	0	19	19	38
			Reparação de Pontos de Água	m³	0	4409	0	4409	0	117182

→ Para o controlo de densidades excessivas e outras operações mistas de silvicultura preventiva (manuais e mecânicas), em condições de trabalho inerentes às características do concelho, foi considerado o valor de €1017.12/ha, de acordo com as matrizes de beneficiação estabelecidas pela CAO (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais), referentes ao ano de 2005;

→ Considerou-se o valor de €100/ha para a execução de operações de fogo controlado;

→ Utilizou-se o valor de €1500/km para o cálculo orçamental da beneficiação da rede viária;

→ No seguimento das orientações expressas no PROF-BIN, no qual é definida a densidade preferencial da Rede Viária: 10 a 20m/ha, e a densidade das massas de água acessíveis a operações DFCI: 600m³/1000ha, verifica-se que o concelho cumpre estas especificações: 35m/ha para a Rede Viária; 9600m³/1000ha para os Pontos de Água;

→ A delimitação da Rede Primária cumpre claramente a especificação expressa no Artº 18 do DL n.º124/2006, de 28 de Junho, que define que estas redes estabeleçam, preferencialmente, uma compartimentação do território na ordem dos 500ha a 10 000ha.

Orçamento e responsáveis

Na identificação dos responsáveis, definiram-se as seguintes “figuras”:

- **Proprietários Particulares (PP):** Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edificações nos espaços florestais definidos no PMDFCI, são obrigados a proceder à gestão de combustíveis numa faixa de 50m à volta daquelas edificações; e

- **Entidades Gestoras (EG):** Estradas de Portugal, Direcção-Geral de Geologia e Energia, Município de Manteigas, Freguesias, ICNF/Parque Natural da Serra da Estrela, Associações de Compartes, Rede Eléctrica Nacional.

Freguesia	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
				2013	2014	2015	2016	2017
Sameiro	Implementação da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	0	2599	5336	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	102454	11819	0	102454	38254
		Sub-Total		102454	14418	5336	102454	38254
	Implementação da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	4585	5302	3036	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	92822	21543	12531	93962	18827
		Sub-Total		97407	26845	15567	93962	18827
	Construção e Manutenção de Rede Viária	Construção de Rede Viária	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Viária	EG	0	0	4500	0	10500
		Sub-Total		0	0	4500	0	10500
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	Construção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	Construção de Pontos de Água	-	0	0	0	0	0
		Reparação de Pontos de Água	Freguesia	0	900	0	900	0
		Sub-Total		0	900	0	900	0
		Total		199862	42163	25403	197316	67581

Santa Maria	Implementação da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	0	0	0	3877	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	142916	0	0	103482	0
		Sub-Total		142916	0	0	107359	0
	Implementação da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	16724	8662	13728	1851	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	150513	45903	2441	155538	46228
		Sub-Total		167237	54565	16169	157389	46228
	Construção e Manutenção de Rede Viária	Construção de Rede Viária	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Viária	EG	0	0	0	6000	4500
		Sub-Total		0	0	0	6000	4500
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	Construção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	Construção de Pontos de Água	-	0	0	0	0	0
		Reparação de Pontos de Água	Freguesia	0	750	0	750	0
		Sub-Total		0	750	0	750	0
		Total		310153	55315	16169	271498	50728
São Pedro	Implementação da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	855	1716	2965	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	31	184363	0	31	201817
		Sub-Total		886	186079	2965	31	201817

	Implementação da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	14184	8868	11458	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	181078	46055	28917	157989	17240
		Sub-Total		195262	54923	40375	157989	17240
	Construção e Manutenção de Rede Viária	Construção de Rede Viária	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Viária	EG	0	0	9000	18000	0
		Sub-Total		0	0	9000	18000	0
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	Construção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	Construção de Pontos de Água	-	0	0	0	0	0
		Reparação de Pontos de Água	Freguesia	0	1350	0	1350	0
		Sub-Total		0	1350	0	1350	0
		Total		196147	242352	52340	177370	219057
Vale de Amoreira	Implementação da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	2321	0	1481	3651	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	0	21919	104428	0	21919
		Sub-Total		2321	21919	105909	3651	21919
	Implementação da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	1097	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	87564	27523	6377	90198	29344
		Sub-Total		87564	27523	7474	90198	29344

	Construção e Manutenção de Rede Viária	Construção de Rede Viária	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Viária	EG	0	0	4500	0	15000
		Sub-Total		0	0	4500	0	15000
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	Construção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0
	Construção e Reparação de Pontos de Água	Construção de Pontos de Água	-	0	0	0	0	0
		Reparação de Pontos de Água	Freguesia	0	450	0	450	0
		Sub-Total		0	450	0	450	0
		Total		89885	49892	117883	94299	66263

Concelho	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)					Total
				2013	2014	2015	2016	2017	
Concelho	Implementação da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	0	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	0	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	área instalada com recuso ao fogo controlado	EG	3176	4315	9782	7528	0	24801
		área instalada com recuso a meios mistos	EG	245401	218101	104428	205967	261990	1035886
		Sub-Total		248577	222416	114210	213495	261990	1060687
	Implementação da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	0	0	0	0	0	0
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	0	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Secundária	área instalada com recuso ao fogo controlado	-	35493	22832	29319	1851	0	89495
		área instalada com recuso a meios mistos	EG + PP	511978	141024	50266	497687	111639	1312593
		Sub-Total		547471	163856	79585	499538	111639	1402088
	Construção e Manutenção de Rede Viária	Construção de Rede Viária	-	0	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Viária	EG	0	0	18000	24000	30000	72000
		Sub-Total		0	0	18000	24000	30000	72000
	Construção e Manutenção de Rede Divisional	Construção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0	0
		Manutenção de Rede Divisional	-	0	0	0	0	0	0
		Sub-Total		0	0	0	0	0	0

	Construção e Reparação de Pontos de Água	Construção de Pontos de Água	-	0	0	0	0	0	0
		Reparação de Pontos de Água	Freguesia	0	3450	0	3450	0	6900
		Sub-Total		0	3450	0	3450	0	6900
Total			796047	389722	211795	740483	403629	2541675	

2 º EIXO ESTRATÉGICO:

REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

2º EIXO ESTRATÉGICO: REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOSComportamentos de risco

Diagnóstico – Resumo								
Grupo Alvo	Comportamento de Risco				Impacto e Danos			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?	Nº Oc.	Área Ardida	Danos	Custos
Agricultor	Realização de fogueira para confeção de alimentos	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Sameiro Vale	Agosto 2002 (Sábado)	1	462 ha	Pnb Matos	Não estimados
Pastor	Realização de fogueira para confeção de alimentos	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Sameiro Sia Velha	Janeiro 2007	1	3 ha	Pnb	Não estimados
Agricultor	Realização de fogueira para queima de sobranes	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Vale de Amoreira	Fevereiro 2012 (Sexta-feira)	1	329 ha	Pnb Matos	Não estimados

Fiscalização

Município de Manteigas - Contra-Ordenações 2012 - DL 17/2009				
N.º	Identificação processo	Auto levantado por	Tipologia	Pena
1	PCO 1/2012	Núcleo de Protecção Ambiental (GNR – Comando Territorial da Guarda) EPF 092.4 Manteigas Auto de notícia 12/12	Artigos 27.º, n.º 2 e 38.º, 2, o) do DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01	Em instrução
2	PCO 5/2012	Núcleo de Protecção Ambiental (GNR – Comando Territorial da Guarda) EPF 092.4 Manteigas Auto de notícia 153/12	Artigos 27.º, n.º 2 e 38.º, 2, o) do DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01	Em instrução
3	PCO 10/2012	Núcleo de Protecção Ambiental (GNR – Comando Territorial da Guarda) EPF 092.4 Manteigas Auto de notícia 303/12	Artigos 28.º, n.º 1, b) e 38.º, 2, p) do DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01	Em instrução
4	PCO 12/2012	Destacamento Territorial da Guarda – Posto Territorial de Manteigas Auto de notícia 72/12	Artigos 28.º, n.º 1, b) e 38.º, 2, p) do DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01	Em instrução
5	PCO 13/2012	Núcleo de Protecção Ambiental (GNR – Comando Territorial da Guarda) EPF 092.4 Manteigas Auto de notícia 349/12	Artigos 28.º, n.º 1, b) e 38.º, 2, p) do DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01	Em instrução
6	PCO 14/2012	Núcleo de Protecção Ambiental (GNR – Comando Territorial da Guarda) EPF 092.3 Manteigas Auto de notícia 350/12	Artigos 28.º, n.º 1, b) e 38.º, 2, p) do DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01	Em instrução
7	PCO 14/2012	Núcleo de Protecção Ambiental (GNR – Comando Territorial da Guarda) EPF 092.3 Manteigas Auto de notícia 350/12	Artigos 28.º, n.º 1, b) e 38.º, 2, p) do DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01	Em instrução

N.º de autos levantados no ano de 2012 no âmbito do DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01: 7 (porém, o PCO 14/2012 será arquivado, porque se funda no mesmo Auto do PCO 13/2012, que foi remetido em duplicado).

N.º de processos de contra-ordenação em instrução: 7 (100%)

N.º de processos não enquadrados: zero

% do n.º de processos de contra-ordenação por tipologia:

- queima (28.º, n.º 1, b)): 22,22%

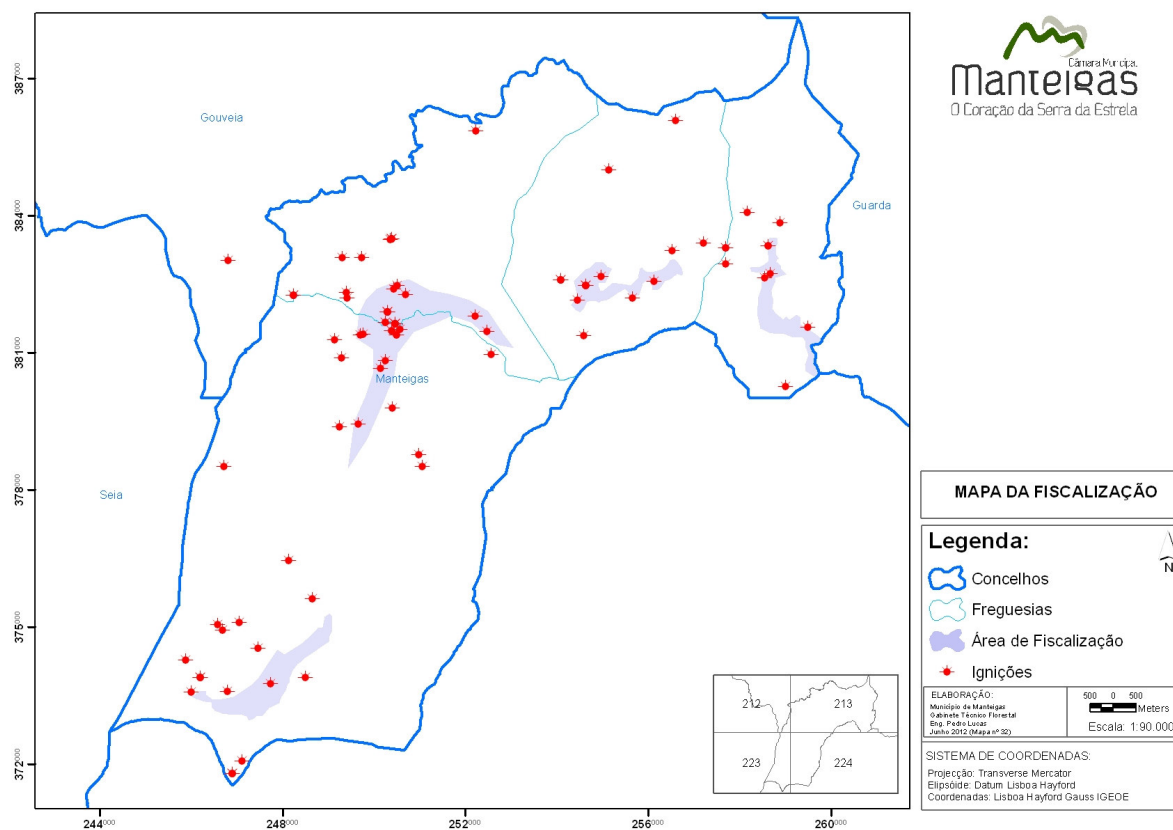
- queimada (27.º, n.º 2): 77,77%

Planeamento das ações referentes ao 2.º Eixo Estratégico

Sensibilização

Problema diagnosticado	Objetivo	Ação	Indicadores				
			2013	2014	2015	2016	2017
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local
			Julho	Julho	Julho	Julho	Julho
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone
			Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
		Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local
			Julho	Julho	Julho	Julho	Julho
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
Desconhecimento do espaço florestal do Concelho por parte dos mais jovens	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para a importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do Concelho e promover o contacto com a natureza	1 passeio pedestres temático	1 passeio pedestres temático	1 passeio pedestres temático	1 passeio pedestres temático	1 passeio pedestres temático
			Novembro	Novembro	Novembro	Novembro	Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas

Fiscalização



As áreas assinaladas foram identificadas como prioritárias tendo em conta a elevada concentração de ignições nestas mesmas zonas, com maior incidência na periferia das áreas sociais e em áreas agrícolas. No entanto, todo o concelho deve ser atentamente vigiado e fiscalizado de uma forma uniforme e constante.

Metas e indicadores

Problema diagnosticado	Objetivo	Ação	Indicadores				
			2013	2014	2015	2016	2017
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local
			Julho	Julho	Julho	Julho	Julho
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone
			Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro	Março e Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
		Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local	Publicação de anúncios no Jornal local
			Julho	Julho	Julho	Julho	Julho
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas
Desconhecimento do espaço florestal do Concelho por parte dos mais jovens	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para a importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do Concelho e promover o contacto com a natureza	1 passeio pedestres temático	1 passeio pedestres temático	1 passeio pedestres temático	1 passeio pedestres temático	1 passeio pedestres temático
			Novembro	Novembro	Novembro	Novembro	Novembro
			Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas	Manteigas

Orçamento e responsáveis

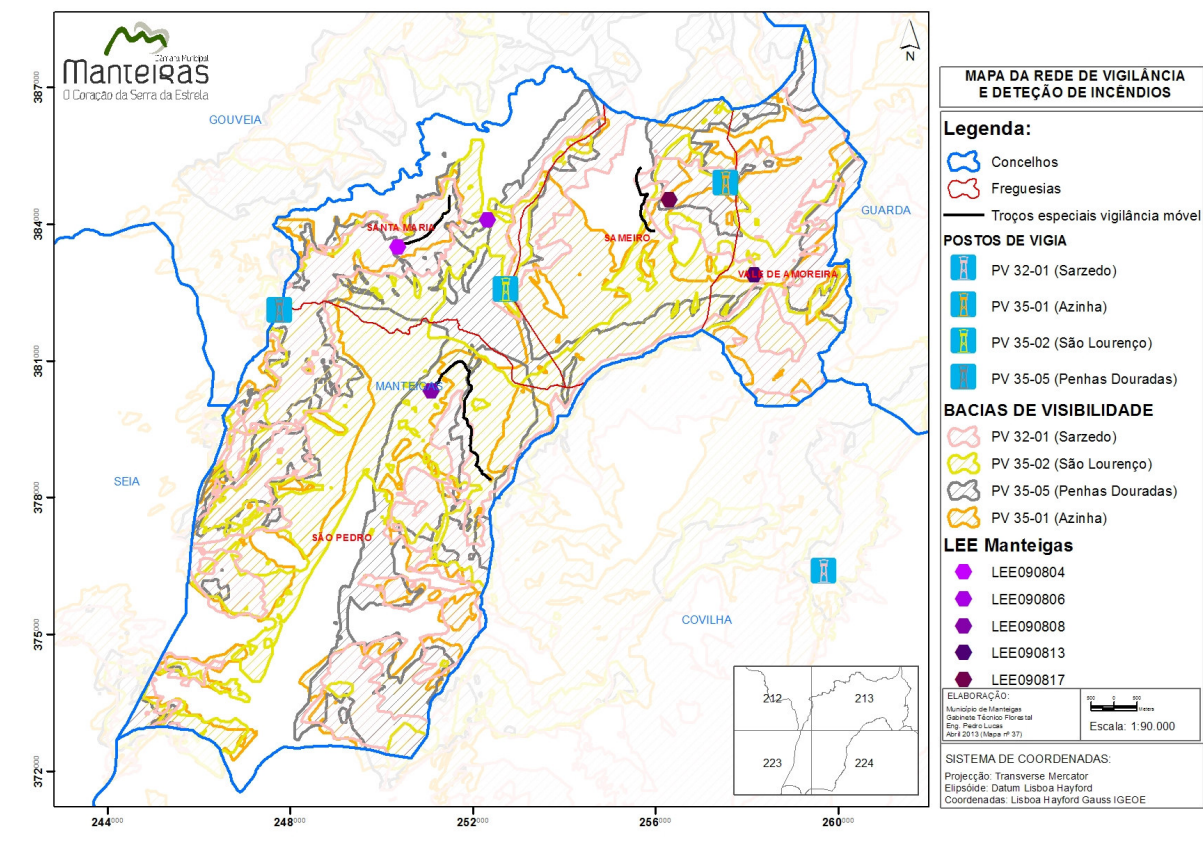
Concelho	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa de Orçamento (€)					Total
				2013	2014	2015	2016	2017	
Concelho	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais	Município de Manteigas	300	300	300	300	300	1500
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	Município de Manteigas	50	50	50	50	50	250
		Sub-Total		350	350	350	350	350	1750
	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de sensibilização/esclarecimento	Município de Manteigas	100	100	100	100	100	500
		Distribuição de folhetos de divulgação e alerta	Município de Manteigas	50	50	50	50	50	250
		Sub-Total		150	150	150	150	150	750
	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para a importância dos valores que detêm	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do Concelho e promover o contacto com a natureza	Entidades Gestoras	200	200	200	200	200	1000
Total				700	700	700	700	700	3500

3 º EIXO ESTRATÉGICO:

**MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA
GESTÃO DOS INCÊNDIOS**

3º EIXO ESTRATÉGICO: MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

→ Vigilância e deteção

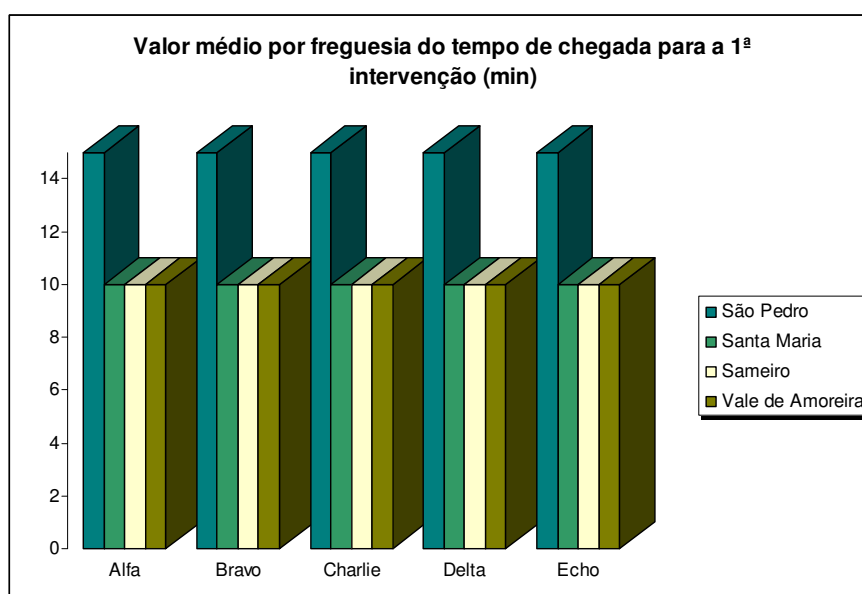


→ Relação entre o n.º de incêndios florestais 2012 e o n.º de elementos de vigilância e deteção nas diferentes fases de perigo

	Alfa	Bravo	Charlie	Delta	Echo
n.º de Ocorrências em 2012	1	0	2	1	0
n.º de Equipas Vigilância e Deteção	3	3	10 (6SF+4PV)	3	3
Índice entre o n.º de incêndios/e o n.º total de equipas	0,33	0	0,20	0,33	0

→ Relação entre o n.º de incêndios florestais 2012 e equipas e n.º de elementos de 1ª intervenção nas diferentes fases de perigo

	Alfa	Bravo	Charlie	Delta	Echo
n.º de Ocorrências em 2012	1	0	2	1	0
n.º de Equipas 1ª Int.	3	3	6	3	3
n.º de Elementos 1ª Int.	15	15	35	15	15
Índice entre o n.º de incêndios/e o n.º total de equipas	0,33	0	0,33	0,33	0
Índice entre o n.º de incêndios/e o n.º total de elementos	0,07	0	0,06	0,07	0



→ Metas e indicadores

Concelho	Ação	Metas	Unidades	Responsável	Indicadores mensuráveis				
					2013	2014	2015	2016	2017
Concelho	Sistema de Vigilância e Detecção	1ªs Detecções Postos Vigia	%	GNR	50	60	60	60	60
		1ªs Detecções Equipas DFCl	%	EG	30	30	35	35	35
	1ª Intervenção	1ªs Intervenções Equipas DFCl	%	EG	90	90	90	90	90
	Combate e Rescaldo	Área ardida/ocorrência	ha/Ocorrência	EG	10	5	2	2	2
	Vigilância Pós-Incêndio	Área ardida/reacendimento	ha/Reacendimento	EG	5	5	2	2	2

→ Orçamentos e responsáveis

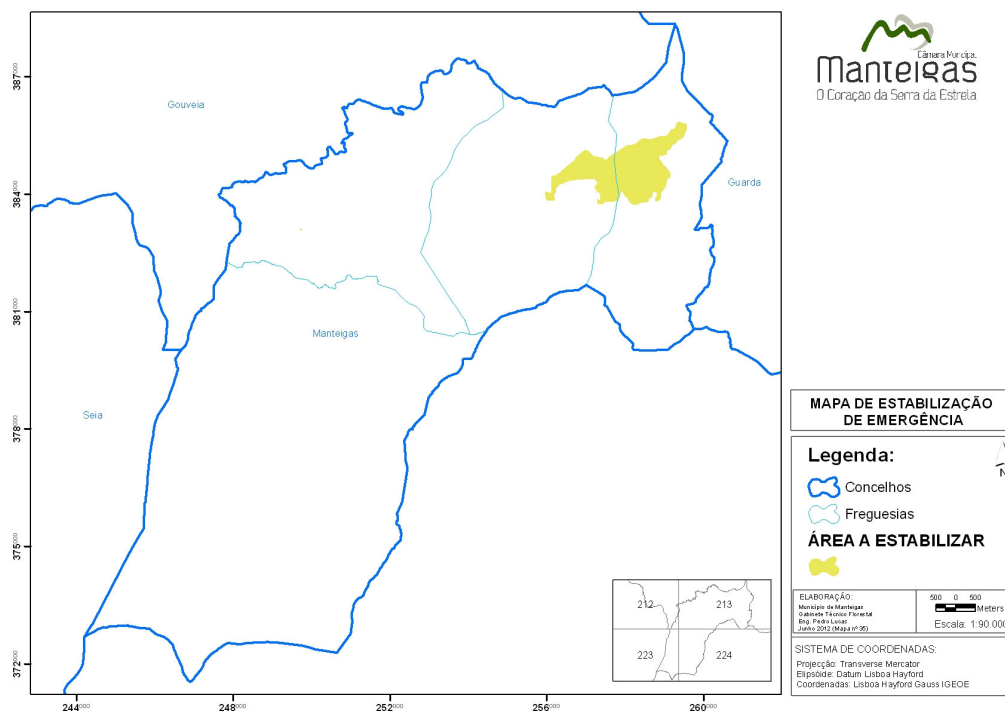
Concelho	Ação	Metas	Responsável	Estimativa de Orçamento (€)					Total
				2013	2014	2015	2016	2017	
Concelho	Sistema de Vigilância e Detecção	1ºs Detecções Postos Vigia	GNR	12000	12000	12000	12000	12000	60000
		1ºs Detecções Equipas DFCI	EG	40000	40000	40000	40000	40000	200000
		Sub-Total		52000	52000	52000	52000	52000	260000
	Iª Intervenção	1ºs Intervenções Equipas DFCI	EG	40000	40000	40000	40000	40000	200000
	Combate e Rescaldo	Área ardida/ocorrência	EG	55000	55000	55000	55000	55000	275000
	Vigilância Pós-Incêndio	Área ardida/reacendimento	EG	55000	55000	55000	55000	55000	275000
Total				107000	107000	107000	107000	107000	535000

4 º EIXO ESTRATÉGICO:
RECUPERAR E REABILITAR
ECOSSISTEMAS

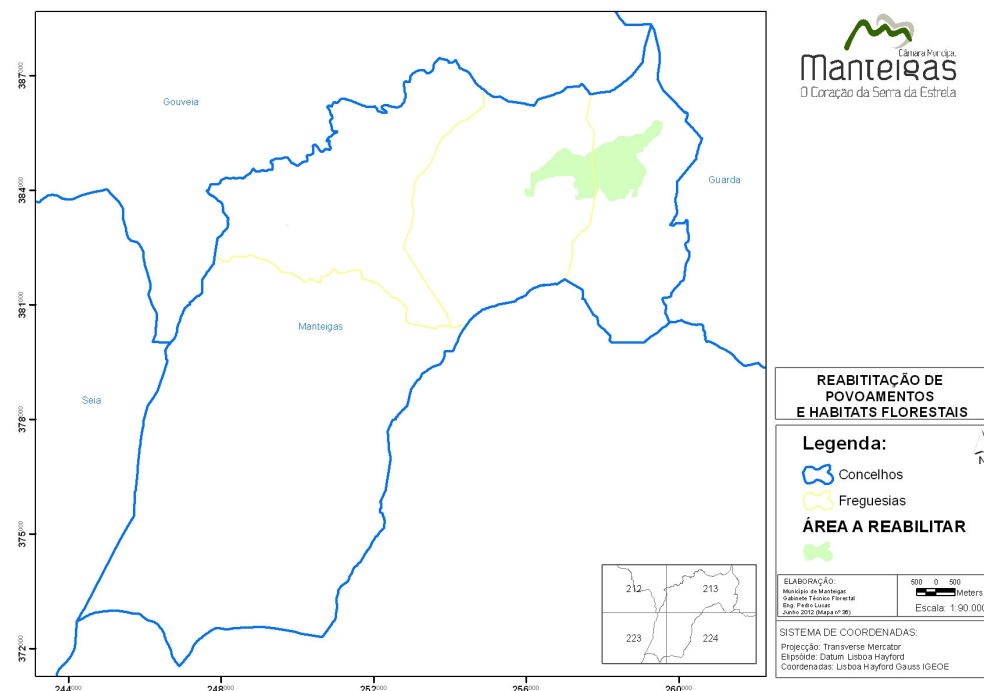
4º EIXO ESTRATÉGICO: RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

Avaliação

Estabilização de emergência



Reabilitação de povoamentos e habitats florestais



Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico

Estabilização de emergência

A área ardida no ano 2012, na freguesia de Vale de Amoreira, apresenta sérios riscos de ocorrência de erosão dos solos e consequentemente perda de sedimentos devido à sua topografia, que para além do empobrecimento dos solos, pode também levar à contaminação das linhas de água e à ocorrência de enxurradas.

Tendo em conta estes factos, são necessárias medidas preventivas antes do início das primeiras chuvas fortes de inverno. Para tal propõem-se as seguintes medidas a curto prazo: criação do “efeito barreira”, usando toros de árvores irremediavelmente queimadas que após o seu abate são colocadas de forma horizontal segundo as curvas de nível e escoradas por estacas fixas no solo (paliçadas) para que se promova a infiltração da água a criação de pequenos muros de suporte nas zonas mais críticas e a utilização de sobrantes florestais distribuídos pelas zonas mais descobertas para minimizar o efeito do impacto directo das gotas no solo nu, minimizando a erosão e promovendo a interceção.

A CMDFCI poderá ter um papel fundamental na reabilitação desta área uma vez que integra diferentes entidades que trabalhando em conjunto e interdisciplinarmente podem aumentar significativamente o sucesso da reabilitação da área apresentada.

Reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais

As medidas propostas para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais passam por remover a madeira morta da área em questão e promover a reflorestação da mesma de forma a fixar os solos e a voltar a criar riqueza paisagística e económica.

A área percorrida pelo incêndio divide-se em propriedade particular e zona baldia. Assim, as freguesias afetadas pelo incêndio devem promover junto dos proprietários florestais campanhas de sensibilização para os riscos acima referidos e alertá-los para o acompanhamento das operações de corte.

A longo prazo, e uma vez que a área a reabilitar se encontra parcialmente enquadrada na zona de caça municipal, haverá todo o interesse em proporcionar condições às espécies cinegéticas com mais representatividade e interesse, na área afetada pelo incêndio.

Mais uma vez a CMDFCI terá um papel preponderante na execução destas medidas visto que esta comissão engloba representantes de diversas entidades com relevante importância para a execução destas propostas.

Proposta de medidas minimizadoras da erosão nas encostas do Vale do Zêzere

No PMDFCI de 2007 era contemplada uma proposta de medidas minimizadoras da erosão nas encostas do Vale do Zêzere.

Na sequência do incêndio ocorrido no Perímetro Florestal de Manteigas, a 7 de Agosto de 2005, que atingiu encostas de elevada instabilidade e pendente, constituídas por material de fácil erosão quando sujeito à acção dos agentes hídricos, surgiu a preocupação de garantir a segurança da EN338, e de diminuir a previsível erosão e lixiviação dos nutrientes do solo, já por si débeis e pouco profundos. Assim, apresentou-se uma proposta de plano de combate à erosão nas encostas do Vale do Zêzere, elaborada pela DGRF-NFBIN.

As medidas propostas, tendo por base o diagnóstico, pretenderam essencialmente:

- Melhorar a drenagem a montante;
- Ancorar sedimentos;
- Preencher os espaços vazios através da protecção e revestimento da superfície.



Todas as medidas urgiam pela sua implementação, que pela sua natureza se prolongam no tempo. A possibilidade de um 2º incêndio ocorrer na mesma área traria consequências desastrosas, podendo inviabilizar a sua possível recuperação. Este aspecto não deverá ser descurado, devendo ser garantida uma vigilância cuidada deste território. Os Planos de Atividades das Equipas de Sapadores Florestais deverão incluir ações que vão de encontro à recuperação destas faixas.

5 º EIXO ESTRATÉGICO:

**ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA
FUNCIONAL E EFICAZ**

5º EIXO ESTRATÉGICO: ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

Formação

→ CMDFCI:

ENTIDADE	Nº DE ELEMENTOS	NECESSIDADES FORMATIVAS
Município de Manteigas	3	a designar
Freguesia de Sameiro	1	a designar
Freguesia de Santa Maria	1	a designar
Freguesia de São Pedro	1	a designar
Freguesia de Vale de Amoreira	1	a designar
Bombeiros Voluntários de Manteigas	1	a designar
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	1	a designar
Guarda Nacional Republicana	1	a designar
Regimento de Infantaria 14	1	a designar
Ass. de Compartes da Freguesia de Santa Maria	1	a designar
Ass. de Compartes da Freguesia de São Pedro	1	a designar
Escola Superior Agrária de Castelo Branco	1	a designar

Organização SDFCI

Entidades		Prevenção estrutural			Prevenção				Combate			
		Planeamento DFCI	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulham.	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1.ª intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
ICNF	Subdirecção de DFCI	nac/dist/mun		nac/mun/loc								
	Núcleos florestais	reg/loc										
	Equipas de 1.ª intervenção											
	Departamentos/gestão florestal	loc		reg/loc								
	Vigilantes da natureza			reg/loc								
	Equipas de 1.ª intervenção											
Indústrias florestais	Aliança Florestal, Silvicaíma	loc										
	AFOCELCA (meios aéreos e equipas de 1.ª intervenção)											
Município	CMDFCI/GTF	mun		mun/loc								
	Outros serviços municipais			mun/loc								
Freguesias		loc		loc								
Exército	Sapadores especiais do Exército											
	Engenharia militar											
	Outras unidades											
Equipas de sapadores florestais												
GNR	GIPS			loc								
	SEPNA			loc								
	Comando Territorial da Guarda											
ANPC	CNOS/meios aéreos	nac		nac					nac	nac	nac	nac
	CDOS	dist							dist	dist	dist	dist

	<i>Equipas de combate a incêndios</i>											
Corpos de bombeiros			mun/loc									

Legenda das siglas		Legenda das cores	
Nível Nacional	nac	Sem intervenção significativa	
Nível Reginal	reg	Com competências significativas	
Nível Distrital	dist	Com competências de coordenação	
Nível Municipal	mun		
Nível Local	loc		

→ Estimativa de orçamento destinado à formação dos elementos da CMDFCI

	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Orçamento (estimativa)	€500	€500	€500	€500	€500	€2.500

→ A CMDFCI tem o apoio técnico do GTF do Município de Manteigas:

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
Pedro Lucas (Engenheiro Florestal)
David Leitão (Engenheiro Florestal) - estagiário

→ A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios reúne 2 vezes por ano e sempre que necessário;

Reuniões da CMDF	1º semestre	2º semestre
1ª	X	
2ª		X

→ O POM será anualmente revisto entre 15 e 30 de Abril;

→ A CMDFCI elaborou e aprovou o presente PMDFCI para um período de 5 anos, com revisão anual ou sempre que necessária;

→ A CMDFCI monitoriza o desenvolvimento das ações previstas nos programas de acção do PMDFCI;

→ No final de cada ano será elaborado um relatório com o balanço/monitorização relativo à execução do PMDFCI, para apreciação em sede de CMDFCI;

→ O PMDFCI estará disponível, para consulta, na biblioteca municipal, na página de Internet do Município, no Gabinete Técnico Florestal, e será divulgado nos meios de comunicação locais.

Orçamento total

Eixos estratégicos	Estimativa de orçamento total (€)					
	2013	2014	2015	2016	2017	Total /eixo
1º Eixo Estratégico	796.047	389.722	211.795	740.483	403.629	2.541.675
2º Eixo Estratégico	700	700	700	700	700	3.500
3º Eixo Estratégico	107.000	107.000	107.000	107.000	107.000	535.000
4º Eixo Estratégico	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	25.000
5º Eixo Estratégico	500	500	500	500	500	2.500
Total/ano	909.247	502.922	324.995	853.683	516.829	3.107.675

I

Total PMDFC 2013-2017

€3.107.675

4

CARTOGRAFIA DE PORMENOR